

Paola Masiero Pereira

**REFORMA AGRÁRIA E DITADURA MILITAR:**

A ocupação da fazenda Burro Branco na memória  
dos trabalhadores rurais.

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Mestrado Profissional  
em Agroecossistemas do Centro de  
Ciências Agrárias da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como pré  
requisito para obtenção do título de  
Mestre em Agroecossistemas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra  
Luciana Dalmagro.

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pereira, Paola Masiero

REFORMA AGRÁRIA E DITADURA MILITAR : A ocupação da  
fazenda Burro Branco na memória dos trabalhadores rurais /  
Paola Masiero Pereira ; orientadora, Sandra Luciana  
Dalmagro - Florianópolis, SC, 2015.

111 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.  
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Reforma agrária. 3. Ditadura  
civil-militar. 4. Trabalhador rural. 5. Memória. I.  
Dalmagro, Sandra Luciana. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Agroecossistemas. III. Título.

Paola Masiero Pereira

**“REFORMA AGRÁRIA E DITADURA MILITAR: A  
OCUPAÇÃO DA FAZENDA BURRO BRANCO NA MEMÓRIA  
DOS TRABALHADORES RURAIS”**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Agroecossistemas ” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado Profissional em Agroecossistemas

Florianópolis, 24 de junho de 2015.

---

Prof.<sup>a</sup> Sandra Luciana Dalmagro  
Dr.<sup>a</sup> (UFSC) Orientadora -  
Presidente da Banca

---

Prof. Clarilton Edzard Davione  
Cardoso Ribas, Dr. (UFSC) -  
Coordenador MPA

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Vendramini  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Elison Antônio Paim  
Universidade Federal de Santa Catarina



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos milhares de trabalhadores rurais Sem Terra que, teimosamente, insistem em lutar pela Reforma Agrária.

A professora Sandra Dalmagro pelo companheirismo, exigência e rigor acadêmico na orientação.

A minha saudosa mãe, Marta Masiero, que completou os estudos depois dos filhos crescidos e nos ensinou a ser perseverantes nos sonhos.

Ao meu companheiro Tiago, minha filha Olivia e meu pai Luiz, por me acompanharem na elaboração desta dissertação.



## EL SUR TAMBIÉN EXISTE

Con su ritual de acero  
sus grandes chimeneas  
sus sabios clandestinos  
su canto de sirenas  
sus cielos de neón  
sus ventas navideñas  
su culto de dios padre  
y de las charreteras  
con sus llaves del reino  
el norte es el que ordena

pero aquí abajo abajo  
el hambre disponible  
recurre al fruto amargo  
de lo que otros deciden  
mientras el tiempo pasa  
y pasan los desfiles  
y se hacen otras cosas  
que el norte no prohíbe  
con su esperanza dura  
el sur también existe

con sus predicadores  
sus gases que envenenan  
su escuela de chicago  
sus dueños de la tierra  
con sus trapos de lujo  
y su pobre osamenta  
sus defensas gastadas  
sus gastos de defensa  
con sus gesta invasora  
el norte es el que ordena

pero aquí abajo abajo  
cada uno en su escondite  
hay hombres y mujeres  
que saben a qué asirse  
aprovechando el sol  
y también los eclipses  
apartando lo inútil  
y usando lo que sirve  
con su fe veterana  
el Sur también existe

con su corno francés  
y su academia sueca  
su salsa americana  
y sus llaves inglesas  
con todos sus misiles  
y sus enciclopedias  
su guerra de galaxias  
y su saña opulenta  
con todos sus laureles  
el norte es el que ordena

pero aquí abajo abajo  
cerca de las raíces  
es donde la memoria  
ningún recuerdo omite  
y hay quienes se desmueren  
y hay quienes se desviven  
y así entre todos logran  
lo que era un imposible  
que todo el mundo sepa  
que el Sur también existe

(Mario Benedetti)





## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é estudar a luta pela terra no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), compartilhando a memória dos trabalhadores rurais que ocuparam, no oeste catarinense, a fazenda Burro Branco, em maio de 1980. Trinta anos depois do fim da ditadura no Brasil, com a criação da Comissão da Verdade e da Comissão Camponesa da Verdade, a partir de 2012, a história sobre a ditadura civil-militar ganha espaço na sociedade e novos personagens entram em cena, entre eles os trabalhadores rurais. Esta pesquisa insere-se neste contexto. Buscamos analisar os valores, símbolos, sentidos, partilhados e disputados por estes trabalhadores diante das contradições existentes na luta por reforma agrária e a prevalência da concentração da terra e da modernização conservadora da agricultura. Em contexto militarizado se aprofundam as desigualdade sociais em favor dos lucros dos ricos empresários e latifundiários, unificadas ao capital Estadunidense. O direito a trabalhar a terra está presente na memória dos trabalhadores rurais que ocuparam a fazenda Burro Branco, porém o caráter espontâneo endereçado a este fato histórico nos instiga a pesquisar sobre o movimento do capital num período de exceção de direitos, inclusive impedindo os trabalhadores de se organizarem. Como metodologia, utilizamos a pesquisa oral e escrita. Realizei entrevista com três assentados da fazenda Burro Branco que participaram da ocupação e ainda residem na área, e com dois dirigentes sociais envolvidos com a luta pela reforma agrária na região. Os principais referenciais teóricos foram, em relação à luta pela reforma agrária no Brasil e no oeste catarinense: MARTINS (1982), STEDILE (2005), MELO (2012); POLI (2008) e na temática sobre memória e ditadura civil-militar: MONTENEGRO (1994), HUYSSSEN (1996) NETTO (2014), DREIFUSS (1981), GORENDER (1987). Ao problematizar a ausência de estudos históricos da repressão sobre os trabalhadores rurais durante a ditadura civil-militar me detive em fazer análise crítica sobre a realidade a partir da visão dos trabalhadores, apoiada nos estudos de MARX (2013), E.P.THOMPSON (2002) e IASI (2007). A pesquisa possibilitou trazer presente a memória dos ocupantes da Fazenda, as dificuldades, lutas e organização existente naquela que foi a primeira ocupação de terras em Santa Catarina, dando origem, alguns anos depois, ao MST. A pesquisa possibilitou trazer presente o assassinato de três jovens trabalhadores rurais pela ação repressiva do regime militar em conluio com os paramilitares que atuavam para o latifúndio na região. A pesquisa questiona ainda o caráter espontâneo atribuído a esta

ocupação, identificando-a como produto de um contexto de concentração da riqueza e da terra e da falta de alternativas dos trabalhadores rurais, além de expressar os movimentos políticos existentes no período, o que os leva à criação de uma nova forma de luta por acesso à terra: a ocupação.

**Palavras-chave:** reforma agrária, ditadura civil-militar, trabalhador rural, memória.

## ABSTRACT

The objective of this research is to study the struggle for land in the context of civil - military dictatorship (1964-1985), sharing the memory of peasants who have occupied in western Santa Catarina , the farm "Burro Branco" in May 1980. Thirty years after the end of dictatorship in Brazil , with the creation of the Truth Commission and the Peasant Truth Commission, from 2012 , the history of the civil - military dictatorship gains ground in society and new characters come into play, including rural workers. This research fits into this context. We analyze the values, symbols, meanings , shared and played by these workers in the face of contradictions in the struggle for agrarian reform and the prevalence of land concentration and conservative modernization of agriculture. In militarized context deepen social inequality in favor of profits of wealthy businessmen and landowners, unified to the US capital. The right to work the land is present in the memory of the rural workers who occupied the farm "Burro Branco", but the spontaneous character assigned to this historical fact encourages us to research the movement of capital in a rights exception period, including preventing workers from organize themselves. The methodology used was the oral and writing research. I conducted an interview with three settlers "assentados" of the farm "Burro Branco", who participated in the occupation and still live in the area, and two social leaders involved in the struggle for agrarian reform in the region. The main theoretical references were in relation to the struggle for land reform in Brazil and in western Santa Catarina: MARTINS (1982 ), STEDILE (2005 ), MELO ( 2012); POLI (2008 ) and the theme of memory and civil - military dictatorship: MONTENEGRO (1994 ), HUYSSSEN (1996 ) NETTO (2014), DREIFUSS (1981 ), GORENDER (1987). To question the absence of historical studies of the repression of peasants during the civil - military dictatorship stopped me in making critical analysis of reality from the workers' vision, based on studies of MARX (2013 ), EP THOMPSON (2002) and IASI (2007 ). The research made it possible to bring this memory of the farm occupants, difficulties, struggles and organization existing in what was the first occupation of land in Santa Catarina , leading a few years later, the MST. The research also made it possible to bring to present the murder of three young rural workers by the crackdown of the military regime in collusion with the paramilitaries who worked for large estates in the region. The research also questions the spontaneous character assigned to this occupation, identifying it as the product of a context of concentration of wealth and land and the lack

of alternatives for rural workers , and expresses the existing political movements in the period , which takes the creation of a new form of struggle for access to land : the occupation.

**KEYWORDS** : land reform , civil - military dictatorship , rural worker, memory.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CCV – Comissão Camponesa da Verdade  
CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina  
CNV – Comissão Nacional da Verdade  
COTREL – Cooperativa Triticola de Erechim Ltda  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FETRAF-Sul – Federal dos trabalhadores da Agricultura Familiar – Região Sul  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPM – Inquérito Policial Militar  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PJR – Pastoral da Juventude Rural  
SNI – Serviço Nacional de Informação  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1 - O CONFLITO PELA TERRA EM SANTA CATARINA EM UM CONTEXTO MILITARIZADO.....</b>	<b>29</b>
1.1 - O CONTEXTO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA FAZENDA BURRO BRANCO .....	30
1.2 - OS SUJEITOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DA FAZENDA BURRO BRANCO .....	38
1.3 - DITADURA CIVIL-MILITAR E A REPRESSÃO SOBRE OS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA BURRO BRANCO ...	57
<b>1.3.1 - Pela memória de Aquiles Rodrigues.....</b>	<b>64</b>
<b>2 - MEMÓRIA E RESISTÊNCIA .....</b>	<b>75</b>
2.1 - MEMÓRIA E TRABALHADORES RURAIS. ....	76
2.2 - EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS.....	81
2.3 - O CARÁTER NADA ESPONTÂNEO DA OCUPAÇÃO DA FAZENDA BURRO BRANCO.....	87
2.4 - DA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA. ....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>





## INTRODUÇÃO

Na história da questão agrária no Brasil, a terra sempre foi um espaço em disputa e, na luta de classes, a hegemonia se reconstituiu sobre novas bases econômicas e culturais; temos o avanço das tecnologias casado à concentração da terra, o que proporciona um quadro de desigualdade social. Para os trabalhadores rurais este é um tema central para compreendermos a questão agrária no Brasil, já que eles tentaram resolver esta questão, perderam suas vidas e tiveram suas culturas subordinadas e esquecidas. Simultaneamente, novos focos de resistência foram aparecendo, de acordo com as transformações da sociedade.

Uma delas foi a promulgação da primeira Lei de Terras nº 601, de 1850, favorecendo a criação da propriedade privada da terra no Brasil e sua transformação em mercadoria, traço marcante sobre estrutura fundiária, tornando-a cativa. No mesmo contexto, pressões abolicionistas externas e revoltas dos escravos culminavam no término do modo de produção escravista e agroexportador (1888), liberando o cativo negro do trabalho escravo, para a condição de trabalhador livre. Começa um novo ciclo de imigração de pobres europeus para o trabalho na agricultura, enganados com a falsa promessa de acesso a terras férteis. É o período de proclamação da República (1889), caracterizado pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria, o que acarretará em insurreição e subversão dos pobres (MARTINS, 1981), gerando preocupação por parte dos militares em Canudos (Bahia, em 1897) e no Contestado (Santa Catarina, 1912). São histórias de insubordinação que acompanham as lutas sociais de caráter espontaneísta ou messiânico presentes no campo, mas que possuíam como pano de fundo a exploração dos trabalhadores e da terra.

Durante períodos republicanos e durante períodos ditatoriais, estrutura social de dominação que surpreende o país e que, segundo José Paulo Netto (2014), foi levada a cabo por um golpe civil-militar de Estado, em 1964, articulada pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira, entre eles grandes proprietários de terra e as cúpulas militares, assim como a alta hierarquia católica e parte significativa da pequena burguesia, contando com o apoio e orientação dos EUA e das empresas transnacionais instaladas no Brasil (NETTO, 2014: 17) contemplando, portanto, uma das maiores articulações políticas entre o setor empresarial nacional e internacional, latifundiários e os militares em busca de seus interesses de classe. Para Jacob Gorender (1987), se instala pela primeira vez na história do Brasil, uma

ditadura militar, não só pelo fato dos militares consumarem o golpe, mas por assumirem a chefia do Estado.

[...] cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos polícia-militares e processos administrativos expurgavam das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado (GORENDER, 1987:70).

Em 1964, no mesmo ano do AI – 1, é aprovada a primeira lei de reforma agrária no Brasil, o Estatuto da Terra (Lei nº4. 504, de 30 de novembro de 1964), promulgada por Humberto Marechal Castelo Branco, um dos comandantes do golpe. Estatuto da Terra, que para Graziano (1981) visava estabelecer uma política de desenvolvimento rural para o País, e mesmo que tenha representado uma medida progressista para a época, preservou o direito à propriedade da terra, aniquilando todos os movimentos sociais que na década de 1960 lutavam pela reforma agrária e pela democratização da terra.

Entre os principais movimentos dizimados, logo após o golpe, estavam as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), Trombas e Formoso – Goiás (1948-64), a União de Lavradores Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) e o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Igreja Católica. Destaque para o MASTER, que em 1962 “*inicia os acampamentos como forma de organização de suas ações, assim, a luta desses integrantes era a conquista da terra*” (FERNANDES, 1999), utilizando a ocupação como forma de lutar e denunciar a concentração da terra. Dos enfrentamentos, entre os principais crimes de mortos e desaparecidos políticos cometidos pela ditadura militar, está aquele que causou impacto no território da Guerrilha do Araguaia (1972-1974), ocorrida durante a vigência da ditadura civil-militar e tinha o *modus operandi* de milícias privadas armadas, formadas por latifundiários e policiais frequentemente em férias ou em serviço extra (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011: 28) envolvendo comunidades inteiras nos conflitos agrários.

É oportuno esclarecer que a “*modernização sem reforma foi o caminho escolhido pelo golpe militar de 1964 que, dentre outras coisas,*

*cortaria a efervescência do debate agrário, tentando encerrá-lo pelo “argumento” da força.*” (DELGADO, 2001: 161) tornando-a mais dolorosa para os trabalhadores rurais, haja vista o fato de Castelo Branco possuir força suficiente para impor medidas de estabilização financeira conforme a técnica recessiva do FMI. Agora, vinham de Washington créditos folgados [...] (GORENDER, 1987: 71) promovendo o processo de endividamento para os trabalhadores pelo Ministério da Fazenda a partir de 1967 com Delfim Netto, quando se começou “*a implementar o Sistema Nacional de Crédito Rural como principal estrutura de fomento à produção agropecuária.*” (DELGADO, 2001: 161).

Quer dizer, os trabalhadores rurais sofrem com as expulsões massivas, perdendo seu meio de produção, a terra e quando necessitar comprar a terra terá acesso a financiamento, com todos os ônus que possa ser gerado por este endividamento, como a perda das terras. Neste contexto, expurgos e outras arbitrariedades como o arrocho salarial, o desemprego, a perda do pleito eleitoral de 1965, quando 11 estados elegem para governador, pessoas de fora da base do governo golpista, em 1965, obrigou Castelo Branco a formatar o Ato Institucional número 2 extinguindo com os partidos políticos, cassando direitos políticos e submetendo a tribunais militares os civis incurso em crimes contra a segurança nacional. (GORENDER, 1987: 71)

Sem saber ao certo até quando as Forças Armadas se manteriam no poder, Castelo Branco deixa ao seu sucessor uma nova Constituição, em 1967, estabelecendo normas restritivas do arbítrio autoritário, fechando por completo a ditadura militar em 1968, com o Ato Institucional número 5, com comando ostensivo do Estado pelas Forças Armadas.

Houve uma militarização do Estado. A ocupação da chefia do Estado pelo alto comando do Exército, dando sequência a cinco generais-presidentes, adquirindo a aparência de uma dominação estamental” (GORENDER, 1987: 71).

Portanto, com apoio civil da burguesia industrial, se sucederam governos genuinamente militares, no Brasil, durante 21 anos. Particularmente no campo, a força bruta dos latifundiários apresenta-se como principal influência política do regime militar para atender seus interesses, fazendo com que cerca de 30 milhões de trabalhadores rurais fossem expulsos de suas terras (WELCH, 2014: 58), resultado de uma ação violenta, a ditadura civil-militar exercita sua “dominação burguesa,

caracterizada pela coerção extremada exercida sobre as classes subalternas” (GORENDER, 1987: 72).

O fato de eu ser militante do MST, educadora com formação em História, e integrante da Comissão Camponesa da Verdade<sup>1</sup>, diante das diversas das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar, assim como os 30 anos de democracia. No coloca diante da ocorrência dos assassinatos dos trabalhadores rurais Sem Terra no massacre de Corumbiara, em Rondônia em 1995 e no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará em 1996, faz com que avaliemos que os “donos do poder” podem cometer os mais variados crimes para manter sua ordem, seja em período democrático ou em períodos de regimes ditatoriais, utilizando a força bruta do Estado através da Polícia Militar ou através de segurança privada.

Dentre as diversas histórias, à luz da chamada Justiça de Transição<sup>2</sup> e das provocações promovidas pela criação da Comissão Nacional da Verdade<sup>3</sup>, de violações de direitos ocorridas durante o regime militar destacamos, a ocupação da fazenda Burro Branco, ocorrida em Campo Erê, em maio de 1980, no oeste de Santa Catarina, fronteira com o estado do Paraná e com o país vizinho, a Argentina. A atualidade desta luta ganha destaque quando verificamos que a força demolidora da ditadura civil-militar não conseguiu impedir que algumas dezenas de trabalhadores rurais de experimentar a vitória. Conquista que vêm com a desapropriação, seis (6) meses depois de iniciada a ocupação. Ocupação que vai se tornar forma de luta importante para as

---

<sup>1</sup>Estudo desenvolvido a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade e a efetiva criação da Comissão Camponesa da Verdade, com a presença dos movimentos sociais do campo. Fato determinante para a criação da Comissão Camponesa da Verdade foi trazer a luz acontecimentos histórico ocorrido a 50 anos atrás, em Belo Horizonte, chamado “Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, que contou com a presença de 600 delegados de todo o país e instancias. Processo de articulação política dos trabalhadores rurais interrompido pelo golpe e que só conseguiu ser retomado em 2012, com um novo encontro de rearticulação dos povos do campo, das águas e das florestas, durante o Encontro Unitário realizado em Brasília.

<sup>2</sup> Justiça de Transição prevê processar os perpetradores, revelar a verdade sobre os crimes cometidos, fornecer reparações as vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação.

<sup>3</sup>Comissão Nacional da Verdade é instalada em maio de 2012, através da Lei 12.528/2011 para estudar o período entre 1946 e 1988 (o período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras) com o objetivo de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

lutas que vem depois e está marcada na memória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, importante movimento social organizado no Brasil, que remete a esta luta o início de sua trajetória, o estopim de seu nascimento.

Construção histórica dedicada a memória dos anônimos trabalhadores rurais que no ímpeto de encontrar um lugar para viver, chegam a decisão de ocupar a terra improdutiva (FERNANDES *In* CARTER, 2010: 164) passando a usar a tática da ocupação massiva a construção do sujeito que passará a denunciar a gravidade dos conflitos no interior da luta pela reforma agrária no do período ditatorial ao tempo presente. Por isso tanto interesse em conhecer as primeiras famílias de trabalhadores rurais que, ao mesmo tempo, estavam impossibilitados de organizarem-se enquanto trabalhadores escutam em programas de rádio, ou acompanham informações de funcionários do INCRA, que terras na região seriam regularizadas pelo governo para atender os trabalhadores rurais pobres, o que facilita tal decisão de ocupar o latifúndio.

Portanto, nessa pesquisa, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral: Analisar a ocupação da fazenda Burro Branco, sua conexão com o movimento pela reforma agrária no contexto da ditadura civil-militar, na região oeste do estado de Santa Catarina. Também pretende-se:

- Construir o debate sobre a reforma agrária através da história dos sujeitos comuns que ocuparam a fazenda Burro Branco.
- Analisar as contradições presentes no caráter espontâneo endereçado a esta ocupação.
- Explicitar a violência empreendida pela ditadura civil-militar contra os trabalhadores rurais envolvidos nesta ocupação.

Para investigar o sentido da ocupação da fazenda Burro Branco me detive em percorrer a memória dos trabalhadores rurais pioneiros desta ocupação que ainda encontram sua morada na terra conquistada. Reconhecendo a história de sujeitos comuns, que lutaram coletivamente e tiveram suas memórias sonegadas, sempre falando através de outras fontes, agora estes sujeitos e suas histórias ganham relevo ao desvelar como é lutar durante três décadas pelo direito à terra, num contexto em que a não realização da reforma agrária é imperiosa.

Experiências do passado e seu significado para as lutas do presente nos aproximaram também dos documentos confidenciais produzidos durante a ditadura civil-militar, pelos seus órgãos de

informações, SNI – Serviço Nacional de Informações, referentes à ocupação da fazenda Burro Branco. Presente fisicamente para consulta no Arquivo Público Nacional de Brasília<sup>4</sup>, disponível através da lendária Lei de Acesso a Informação ([Lei Nº 12.527 de 18 dezembro de 2011](#)), que nos possibilita acessarmos as fontes militares e nos acercarmos no monitoramento efetivo dos órgãos de informação do regime sobre a mobilização dos trabalhadores rurais na área da fazenda Burro Branco. Nos documentos confidenciais do SNI, inclusive, seus apoiadores são citados, com o padre Afonso Tebaltini, da Comissão Pastoral da Terra - CPT<sup>5</sup>, Por ser de origem italiana, o padre Afonso quase foi expurgado do país pelos militares, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, segundo o Serviço Nacional de Informações (ACT/SNI n 03 de 26 de fev/1982).

Ressalta-se ainda a participação da CPT neste processo de mobilização em que aconteciam processos de formação baseada na Teologia da Libertação, dando consciência e voz às agruras e sofrimento dos trabalhadores, impostos pela subordinação ao capital e aos interesses do latifúndio. Outra possibilidade de contribuição da CPT na luta dos trabalhadores rurais é sua contribuição na sistematização dos dados sobre conflitos agrários brasileiros, através dos cadernos por eles organizados anualmente, desde 1985, denunciando os crimes do latifúndio contra os povos do campo.

Neste momento de acolhida feita pelo sindicato, outra constatação relevante foi aquela referente ao fato de terem concluído a construção das casas para os assentados da Burro Branco, contemplando as famílias

---

<sup>4</sup>A autora atenta para as diferenças entre as linhas ideológicas das fontes consultadas, principalmente os documentos confidenciais produzidos pelas Forças Armadas, durante o regime militar, acessíveis no Arquivo Público Nacional, em Brasília se realizou a análise, cruzando as informações desta fonte com as outras consultadas, como os arquivos da CPT e as entrevistas.

<sup>5</sup> Fundada em Lages/SC, em 1977, durante o IV Encontro Regional de Pastoral Rural e Suburbana, com concepção da Teologia da Libertação. Leonardo Boff, um dos principais teólogos brasileiros da Teologia da Libertação, em artigo escrito em 2007, intitulado Teologia da Libertação: Viva e Atuante, explica: A Teologia da Libertação é, por um lado, uma teologia polêmica, mal compreendida, difamada e condenada e, por outro, uma teologia saudada como a primeira produção teórica nascida na periferia do cristianismo, apresenta um novo modo de fazer teologia, a partir dos pobres e contra a sua pobreza. Por colocar no centro de sua preocupação a sorte das maiorias condenadas à miséria e à exclusão por causa das minorias nacionais e internacionais insensíveis, cruéis e sem piedade. (BOFF, 2007, p.56)

com a casa nova, de alvenaria, após 35 anos da sua ocupação, de descaso com os trabalhadores rurais, de precárias políticas de habitação, entre outros problemas. O sindicato me indica o caminho para chegar no assentamento, assim como os nomes dos primeiros acampados que por lá ainda moram e teriam disposição e saúde para me ceder as entrevistas. O passo seguinte é conhecer os sujeitos e seu contexto, compreender o espaço de resistência, fazer parte por breves instantes desta luta empreendida na fazenda Burro Branco, em plena ditadura, no início dos anos oitenta.

Outro espaço de pesquisa percorrido durante o mestrado foi o arquivo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, em Chapecó. Local fundamental para compreender a formação territorial da região e sua particular relação de fronteira da Argentina e o estado do Paraná com permanentes migrações e imigrações dos trabalhadores rurais em busca da terra para trabalhar. A historiadora Cristiane D. de Melo foi importante fonte de pesquisa através de suas publicações nos Cadernos do CEOM temas como a presença das empresas colonizadoras e a estrutura histórica da questão fundiária nesta região.

Importante salientar que esta ocupação e seu decorrente acampamento estava organizada de forma diferente do que conhecemos atualmente no MST e que no natal de 1980 começa a aparecer: na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, os barracos de lona preta eram enfileirados lado a lado, já na ocupação da fazenda Burro Branco, diferentemente, montavam-se os barracos nos piquetes demarcados por cada família, lógica esta que o INCRA seguiu na hora de emitir os títulos da terra para cada família, o que causou grande disparidade entre o tamanho de um lote e outro. Houve casos de famílias que receberam 3 hectares, insuficiente para garantir sua reprodução social, enquanto outras apossaram-se de partes maiores com até 70 hectares.

Munida destas informações fui a campo realizar as entrevistas com os primeiros ocupantes da fazenda Burro Branco para encontrar os pioneiros desta ocupação, motivando-os a discorrerem sobre a luta empreendida num tempo em que as necessidades deixam de ser sanadas exclusivamente através do trabalho na terra, e que se expressam com a massa dos sem terra e com a realização da ocupação.

O principal endereço construído com a presença das 322 famílias chama-se Linha 12 de Novembro, construída a partir da desapropriação de maneira a ser a principal comunidade, que desde o início mantinha um galpão onde eram realizados os cultos religiosos e as reuniões. Até

hoje é mantido este distrito de Campo Erê. Do total de famílias assentadas, apenas 10 ainda permanecem na localidade. Muitos estão doentes e já se encontram aposentados. Com passar do tempo e as dificuldades de se manterem da produção da terra, muitos trabalhadores rurais venderam suas terras. Deste reordenamento, muitos acumulam lotes (novamente o latifúndio retoma parte da área desapropriada) e continuam expulsando os trabalhadores para a cidade. Sendo assim, restringi-me a entrevistar três famílias de trabalhadores rurais pioneiros da ocupação da fazenda Burro Branco, na semana de maio de 2014, quando fiz a incursão pelo oeste catarinense entre Dionísio Cerqueira, Campo Erê e Chapecó.

As entrevistas foram realizadas em suas casas, o que permitiu incorporar diversas observações que agreguei ao roteiro temático das entrevistas, e com um gravador, sendo permitido aos agricultores utilizarem o tempo que fosse necessário para elaborar suas respostas e contar suas “histórias”. O roteiro continha como temas: a relação familiar com o trabalho na terra, objetivando conhecer a origem de cada família e os motivos que os levaram a ocupar o latifúndio; a tentativa de compreender a repressão empreendida pela ditadura civil-miliar sobre os trabalhadores rurais; o intuito de apreender a avaliação dos trabalhadores rurais sobre as mudanças no modelo produtivo que se inicia com a revolução verde<sup>6</sup> e seus pacotes de insumos e créditos bancários.

O tempo presente ganha destaque, pois partimos da realidade vivida e rememoramos fatos que estruturam as mudanças do contexto atual, como é o caso do Agronegócio, agressivo com os trabalhadores e com a natureza, este e outros aspectos circunstanciais são apresentados pelos trabalhadores entrevistados como violentos, pois eles sentem a sua subordinação aos preços das *comodities* face o pouco poder aquisitivo para consumir o que desejam, sobretudo se observarmos que os principais produtos alimentícios consumidos são processados, não sendo mais oriundos do manejo do trabalhador no seu quintal.

---

<sup>6</sup> Revolução verde é considerada uma variação moderna de alta produtividade agrícola introduzida em vários países a partir da década de 1950, inclusive no Brasil, com a intenção de acabar com a “fome no Mundo”. Ela foi concebida como um pacote tecnológico – insumos agrícolas, sementes transgênicas (de laboratório), irrigação, mecanização, grandes extensões de terra, uso de agrotóxicos – e uma base ideológica de valorização do progresso. (PEREIRA, 2012: 685), assim controlando a concentração da terra, o poder político e os meios de comunicação.



A subordinação destas famílias ao capital, que agregam sua lógica à pequena produção, e o fechamento das fronteiras agrícolas, na década de 1970 e 1980 causaram uma “profunda crise na produção camponesa tradicional, que caracterizava predominantemente a região” (POLI, 2008: 62). Daí decorre a grande penetração da modernização da agricultura, o que se torna perceptível com a introdução de uma suposta crise na produção de suínos, que na verdade envolvia a ruptura da matriz tecnológica, com a chegada da industrialização na produção de carne. O que Poli (2008), afirma se consolidar com “o incentivo à melhoria das raças, das instalações e das técnicas de manejo e alimentação” (POLI, 2008: 63) gerando endividamento junto aos trabalhadores rurais descapitalizados para essa nova empreitada.

Das dez famílias pioneiras desta ocupação que ainda residem no assentamento, três núcleos familiares de trabalhadores rurais foram entrevistados: teremos as histórias de Jurema Rodrigues, viúva, 58 anos, aposentada, diz ter vindo de Maravilha, mãe de sete filhos, dois menores de idade morando com ela, quatro na cidade, um assassinado; o casal Almira Maciel de Freitas, 58 anos e Gumercindo Maciel de Freitas, 68 anos, oriundos de Maravilha, aposentados declararam ter estudado até o primário, três filhos, dois morando na cidade, um falecido, casa nova conquistada há dois anos, trabalham com leite e compram quase tudo que precisam; o casal Angélica Werner, 59 anos e Claudiomiro Werner, 58 anos, duas filhas, aposentados, pouco produzem atualmente, pois afirmam não valer mais a pena pelos preços praticados pelo governo para produtos de origem da agricultura pequena, também vieram de Maravilha.

As necessidades históricas dos trabalhadores rurais sendo colocadas através das vozes dos sujeitos comuns, juntamente com aquilo que disseram dois militantes históricos da causa dos sem terra, foram enriquecedoras. José Fritsch, militante das pastorais sociais à época da ocupação, dirigente do Partido dos Trabalhadores, ex-ministro, prefeito, deputado, esteve diretamente envolvido nas ações de solidariedade e formação política dos acampados. Outra entrevistada, Irma Brunetto, dirigente do MST em Santa Catarina desde 1985, também lançou luzes sobre a influência desta luta para a formação do Movimento do qual faz parte, assim como apresentou preocupação com a produção dos trabalhadores rurais sob a nova ordem do Agronegócio.

Neste sentido, estabelecer relações entre a memória e a luta pela terra, no contexto do regime militar, num momento que novas investigações sobre os crimes cometidos pela ditadura civil-militar são

mobilizadas, através das Comissões da Verdade, por se dedicar a história dos sujeitos comuns. Sua relevância incide nas aproximações entre documentos, reportagens, vozes (histórias orais) para de certa maneira, determinar os resultados da pesquisa, colocando-nos diante da realidade de expropriação e exploração, que estão submetidos os trabalhadores rurais. Atentos as experiências das organizações do passado, as formas de resistir dos trabalhadores, de se relacionar com o Estado, de dialogar com a sociedade, de expressar os desafios do período histórico em análise, quando latifundiários se articulavam com o regime militar para “esmagar” os trabalhadores rurais.

Quanto à pesquisa bibliográfica, esta se concentrou em três campos. O primeiro se deteve em compreender a luta pela reforma agrária no Brasil e no oeste catarinense, para o qual contribuíram MELO (2012), POLI (2008), STRAPAZZON (1998), RUSCHEINSKI (1996) PAULILO (1996), FERNANDES (1999), CARTER (2008), STEDILE (2005), GORENDER (1987), MARTINS (1982). Na temática sobre memória e ditadura civil-militar apoiamo-nos em MONTENEGRO (1994), HUYSEN (1996), NETTO (2014), DREIFUSS (1981), GORENDER (1987). Ao problematizar a ausência de estudos históricos da repressão sobre os trabalhadores rurais durante a ditadura civil-militar me detive em fazer análise crítica sobre a realidade a partir da visão dos trabalhadores, apoiada nos estudos de MARX (2013), E.P.THOMPSON (2002) e IASI (2007).

A dissertação encontra-se organizada em dois capítulos. No primeiro, apresento o contexto da luta pela terra no oeste catarinense, o processo da ocupação da fazenda Burro Branco, seus impasses e conquistas, os sujeitos envolvidos e seu contexto, a relação com a terra e com o trabalho e os impactos do modelo produtivo da cultura da vida no campo nestes destes 30 anos de luta.

As regularizações fundiárias realizadas pelo INCRA, baseadas nos projetos de colonização que existiram em muitos países em terras públicas, estavam desabitadas ou pertenciam aos índios desde tempos imemoráveis e os governos lhes expropriavam (STEDILE, 2012: 658), fazendo parte do plano de muitos governos a distribuição dessas terras para os trabalhadores rurais, transformando-os em pequenos proprietários. Este tipo de colonização seria muito diferente do que seriam programas de reforma agrária populares, nos quais a democratização da terra e eliminação do latifúndio seria condição básica. Porém, o poder hegemônico dos militares garante a concentração da terra nas mãos de poucos, e grande parte da população

rural fica tendo que dividir pequenas parcelas de terra para sobreviver. Algo que o Serviço Nacional de Informação-SNI, em seus informes “confidenciais”, afirma que torna os trabalhadores rurais sujeitos vulneráveis (ACT/SNI n 03 de 28 de fevereiro de 1982).

Também é no capítulo 1 que está assinalado um crime de execução sumária, ainda pouco conhecido, envolvendo a família de Jurema Rodrigues, uma das narradoras desta ocupação que ao me ceder a entrevista, contou sobre o assassinato de três jovens trabalhadores rurais pelas forças repressivas do latifúndio em conluio com a segurança pública do regime militar. Um era seu filho, Aquiles Rodrigues, de 16 anos, e os outros dois, sobrinhos, de 18 e 19 anos.

No capítulo 2, a proposta é apresentar análise teórica sobre a experiência desta ocupação, buscando compreender criticamente as violações de direitos aos trabalhadores rurais que causaram a ocupação espontânea da fazenda Burro Branco. Se dará destaque à importância da memória para construção dos fatos históricos e ao protagonismo dos trabalhadores rurais no enfrentamento às violências sofridas, incluindo assassinatos e torturas, como as decorrentes das mudanças do modelo produtivo instalado a partir da Revolução Verde. De 1980 pra cá, as mudanças econômica, políticas e culturais sobre o modo de produzir e viver dos trabalhadores rurais denunciam o caráter destrutivo deste modelo produtivo na atualidade, sobretudo quando refletimos sobre a permanente expropriação e exploração material que acometeram os trabalhadores rurais e a sua busca nada espontânea em solucionar as contradições do seu tempo. Indicamos ainda elementos acerca da formação da consciência no contexto em que os acampados estão inseridos e a perspectiva histórica que adquire esta luta para a gestação do MST e para a classe trabalhadora quando das condições marginais e degradadas às quais estamos expostos na atual hegemonia do agronegócio.



## 1 – O CONFLITO PELA TERRA EM SANTA CATARINA EM UM CONTEXTO MILITARIZADO DESENVOLVIMENTO

"O passado não conhece o seu lugar, está sempre presente"  
Mário Quintana

No primeiro capítulo apresentamos as múltiplas determinações que levaram centenas de trabalhadores rurais à ocupação da fazenda Burro Branco, em Campo Erê – SC, divisa com o estado do Paraná e o país vizinho, a Argentina. O ano da ocupação é 1980, portanto, território de fronteira, militarizado durante o regime militar. Era uma fazenda que continha dois mil e novecentos hectares de floresta, mata atlântica de maciço de araucária, com uma dezena de famílias de trabalhadores rurais arrendatários morando nelas enquanto seus herdeiros a disputavam na justiça em litígio da família Tabora Ribas, ricos proprietários da capital do Paraná, Curitiba.

A terra em disputa era “terra dobrada”, como falam os trabalhadores rurais da região, e pelo menor investimento em tecnologia para manejo em encostas de morros, viraram centro da disputa entre herdeiros especuladores por conta da madeira presente na área; de outro lado, os trabalhadores rurais sem terra sonhavam com a terra para trabalhar. Desta luta surge o primeiro decreto presidencial do regime militar, assinado pelo quinto e último presidente militar João Figueiredo, que atendendo ao apelo social e de Dom José, acaba por destiná-la a quem nela trabalha, no caso, aos trabalhadores rurais com pouca terra ou aos explorados da região, destinando a fazenda Burro Branco para fins de reforma agrária no Brasil. O que aconteceu em pouco mais de seis meses de luta e mobilização, em forma de ocupação piqueteada da área de um latifúndio desapropriado, emerge em um assentamento regularizado e com titulação das terras a seus ocupantes. Importante frisar que esta foi mais uma regularização fundiária feita pelo INCRA na região, mas a primeira desde 1964, através da mobilização social.

A partir dessas interpretações e dos estudos de João Pedro Stédile (2005) sobre a questão agrária no Brasil, indica-se a interferência externa nas transformações que a sociedade brasileira sofre desde o início da ditadura civil-militar (1964-1985) quando é sabido que, no período em destaque, o Brasil recebeu apoio dos Estados Unidos, principalmente no processo de modernização da agricultura, implementada através do projeto chamado “Revolução Verde”. Este projeto esteve centrado na concentração da terra e dos outros meios de produção (máquinas, insumos e ferramentas) e sob controle dos

latifundiários, de tal maneira que seguiu expulsando os trabalhadores rurais do campo. Tanto que a partir da década de 1970 o país deixa de ser composto por maioria da população agrária, passando a ser país das grandes cidades. Essa expulsão em massa dos trabalhadores rurais para as cidade causou o fenômeno chamado de “êxodo rural”, levando milhares de trabalhadores a venderem sua força de trabalho nas fábricas e serviços.

Repressão e mortes se sucediam, e no limiar da desmemória que acompanha a ocupação da fazenda Burro Branco, passados 35 anos da desapropriação deste latifúndio ocorrido por pressão social, busco os contornos concretos da experiência vivida e ainda latente no presente, pois segundo Alberti (2004: 10) estes sujeitos incidem sobre sua realidade a partir de sua cultura, sua formação, sua geração, sua comunidade.

Na primeira parte da pesquisa apresento as mudanças históricas do contexto da ocupação da fazenda Burro Branco no que diz respeito à concentração fundiária e ao protagonismo das colonizadoras neste processo. No subitem seguinte apresento os sujeitos que realizaram a ocupação de forma pioneira, assim como a relação destes com o movimento mais amplo da sociedade e do capital na luta pela reforma agrária e pelo fim da ditadura civil-militar. Posteriormente, aproximo o tema da repressão vivida no último governo militar com os documentos “sensíveis” produzidos pelo regime, os Inquéritos Policiais Militares – IPM e a memória dos trabalhadores rurais pioneiros desta ocupação. Entre as histórias de luta e resistência, rememoramos, ainda, o assassinato de Aquiles Rodrigues, entre os crimes emblemáticos de violações de direitos.

## 1.1 – O CONTEXTO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA FAZENDA BURRO BRANCO

A história da fazenda Burro Branco, em Campo Erê, distante 600 km de Florianópolis/SC, tem em sua trajetória o controle promovido pelo Estado junto aos interesses privados do latifúndio. Em 1906, o estado do Paraná faz a doação desta área para Tobias Bueno de Andrade e, por dívida, é dividida e hipotecada em três, uma parte fica com a família Taborda Ribas, outra com a família Damo e a terceira com a empresa colonizadora Sul Brasil.



Mapa 1: localização do Município de Campo-Erê/SC

A partir de 1953 - cinco anos antes da emancipação do município de Campo Erê enquanto distrito de Chapecó – a fazenda Burro Branco, com 2900 hectares pertencentes à família Tabora Ribas, entra em litígio familiar que perdura mais de 20 anos e culmina com sua ocupação em maio de 1980. Família tradicional de Curitiba que vivia da especulação da terra como reserva de capital, os Tabora Ribas tinham a madeira como uma espécie de poupança e expulsavam os trabalhadores rurais, presentes na área desde 1910, sem registro de posse ou qualquer documentação de propriedade da área. (MELO, 2012: 89). Quer dizer, famílias ocupavam o território, como parte do processo de colonização, de um crescente populacional que não tinham preocupação com titulações e documentações, segundo PAULILO (1996) e que provavelmente eram oriundos da escassez de terras de outras regiões, como as antigas colônias do Rio Grande do Sul, principalmente da região de Erechim, Nonoai e Soledade, em busca de terra, passando a fazer parte do contingente populacional do oeste catarinense.

Metade da população brasileira, portanto, torna-se migrante sem terra, desenraizados, colocados diante da dolorosa modernização da agricultura, fenômeno que designamos de êxodo rural e que está atrelado ao processo de industrialização e à acelerada concentração da renda. Em 1960 temos 40% da população controlando apenas 15,8% da renda, o que reduz ainda mais, para 10,4% da renda, em 1980: se acirraram os números e a realidade, é ainda exemplo disso as consequências de quando temos apenas 2,2% da população controlando 58% da área total agricultável (NETTO, 2014, P.26), dentro de um percentual de três milhões de proprietários de terra em um universo de 70 milhões de brasileiros. Onde está concentrada a terra, *recurso*

*limitado e insubstituível*, como afirma GORENDER (1983, p.15), está também a concentração da renda.

Se verificarmos no oeste catarinense as mudanças no comportamento populacional, vamos encontrar um aumento exponencial no tamanho da população e na conseqüente procura por terra. Em 1940 eram 10 mil habitantes, passados 30 anos, em 1970, a população passa para 60 mil. *Em 1980, quase metade da população regional não era natural do município que residia* (PAULILO, 1996: 111). Isso se dá pela intensidade com o que o capital adentra na região para explorar a terra e o trabalhador, subordinando os trabalhadores aos permanentes deslocamentos em busca de terra, trabalho e pão.

Importante ressaltar que existia um instrumento jurídico, com a criação do Estatuto da Terra no primeiro ano do regime militar, que visava atender a questão da reforma agrária quando conflitos fundiários pontuais precisavam ser resolvidos, favorecendo, na maioria dos casos, a instalação de grandes empresas no campo. Para Martins (1984:34) este foi um pressuposto da expropriação e da expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade ou para regiões pioneiras como Mato Grosso, Rondônia e Amazônia. Para Mendonça (2006: 37) o caráter distributivo e produtivista está destinando a terra e a agricultura ao desenvolvimento do capitalismo, tanto quanto a própria organização fundiária.

As mudanças do contexto, do aumento da concentração da terra e, portanto, da menor oferta de terra para comprar ou arrendar para permanência no campo, faz com que decidam ocupar a terra para seguir dando continuidade ao trabalho e à tradição de cultivá-la. Ao não migrarem para a cidade, nem adotarem a campanha do governo militar de seguirem a “marcha para o oeste”, ficaram muitas vezes reféns das empresas colonizadoras que faziam a venda de lotes na região. Como estavam descapitalizados para comprar a terra para produzir e sem condições de se reproduzirem nas pequenas propriedades familiares, estes sujeitos optaram pela alternativa da ocupação.

Afinal, o que estava em jogo era sobreposição do mercado sobre a necessidade de produzir alimentos para o auto sustento, quando as empresas colonizadoras, em o conluio com o regime militar, recebiam através de concessões legais do Estado o poder de administrar terras públicas e vendê-las, o que permitia tais empresas de levar os trabalhadores rurais para o norte do país ou lhes vender a terra. Terras estas que haviam sido adquiridas do governo militar<sup>7</sup> com

---

<sup>7</sup> Esta oligarquia rural aliada dos militares recebe mais terras, monta empresas colonizadoras, mantém o latifúndio e os pequenos proprietários, até que o



comercialização realizada pela COOTREL, no norte gaúcho, região de Erechim-RS, lembrou José Fritsch (em entrevista concedida em dezembro de 2013) e como rememorou Almira Maciel (em entrevista concedida em de 2014) da Cooperativa Alfa. Atuando como empresa colonizadora, a Cooperativa Alfa, lindeira a Burro Branco<sup>8</sup>, onde ocorreu o conflito envolvendo a família de Jurema Rodrigues com o assassinato de três jovens.

Era um período em que a cadeia produtiva era de grãos, madeira, leite ou carne e fumo<sup>9</sup>, chamados sistemas de produção “integrados”<sup>10</sup> que passavam a impor suas regras, e se necessário fosse, o uso da força para garantir sua efetivação em garantir o controle das terras. Assim aumenta a concentração da terra, contrapondo informações repassadas pelos órgãos de informações do regime militar que identificavam ser esta região de estrutura fundiária equitativa. Os militares afirmam no documento “confidencial” (NRS 00729/87) que a região *se caracteriza por ter um dos menores índices de concentração da posse da terra, predominando as pequenas propriedades.*

Em sentido contrário, os estudos de MELO (2012) apontam aumento na ocorrência da concentração da terra na região desde a década de 1960, baseados nas informações do Instituto CEPA/SC<sup>11</sup>, *ao apresentar em 1960, a presença de 31% de estabelecimentos com 10*

arrendamento começou a dissipar com a concentração da terra no controle dos grandes proprietários rurais com subsídios e crédito para comprar equipamentos, maquinário, insumos. Investimento que visa colher os frutos com o advento agronegócio, a partir dos anos 90 do século XX, com o livre comércio, inclusive de sementes transgênicas e todo tipo de veneno pro Brasil.

<sup>8</sup> História contada com ênfase pelos entrevistados pioneiros da ocupação diz respeito à apropriação indevida da madeira proveniente da floresta de mata atlântica, que ficou com a Cooperativa Alfa e com o INCRA. Madeira que estava destinada para as primeiras moradias dos assentados.

<sup>9</sup> Sadia, Perdígão, Souza Cruz, Aracruz Celulose etc.

<sup>10</sup> Linhas de crédito e assistência técnica havia em todo país desde 1965. Com as empresas trabalhando na forma de “produção integrada”, fornecendo insumos e assistência técnica ao trabalhador rural, comprando toda sua produção no final. Assim o trabalhador fica obrigado a comprar os insumos da agroindústria e a vender o produto para ela. E se não atender aos padrões de qualidade internacionais perde o contrato sem ônus para a empresa contratante.

<sup>11</sup> Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Estrutura Agrária: evolução em Santa Catarina – 1960-1980. Florianópolis, 1984. P. 68 In MELO, Cristiane Dias de. Terra para quem nela trabalha: a ocupação da fazenda Burro Branco(1980). Trabalho de Conclusão de Curso ao Departamento de História da UFSC, Florianópolis, 2005.

*hectares e, em 1980, apenas 5% dos estabelecimentos possuindo esta dimensão”* (MELO, 2012:41), implicando na expropriação e na concentração fundiária, as marcas históricas da desigualdade social no campo brasileiro.

Nessa mesma esteira Martins constata que entre

1940 e 1975, o tamanho médio dos estabelecimentos de todo país, com mais de 1ha e menos de 10ha, caiu em 13%, enquanto que os dos estabelecimentos com mais de 1.000ha caiu em apenas 3%. Apesar dessa redução, o tamanho médio dos grandes estabelecimentos agropecuários cresceu, nesse período, em 28%, proporcionalmente ao tamanho médio dos pequenos estabelecimentos (1984:37)

O agravamento neste contexto vem com o caso da “Peste Suína Africana”, peste altamente suspeita e que na região acredita-se ter sido criada para destruir o controle do trabalhador rural sobre o ciclo completo da criação, consolidando assim a matriz tecnológica da suinocultura que deveria passar a seguir o padrão para exportação. Segundo José Fritsch, a realidade das famílias de trabalhadores rurais se agravou de diversas formas.

Então, aquela intervenção da matança do porco dizendo que tinha uma peste suína africana que até hoje não está comprovada. Os porcos não morriam, eles eram executados pelo fuzil da polícia que a justiça determinava que tinha que ir lá e matar tudo! E nem indenizava os agricultor nada, deixavam os cara na lona (José Fritsch, em entrevista à autora em 12 de dezembro de 2013).

Conforme acontecia a divulgação de novos focos para o extermínio de suínos, logo se formava uma movimentação entre os agricultores, contrariados com a matança em curso, o que desencadeou a impossibilidade do exército seguir com a matança, pois desde o início a igreja procurou fazer um trabalho de formação e conscientização, orientando protestos, que culminaram com o ato político ocorrido em Chapecó, em outubro de 1979.

Protesto contra o que ficou conhecido como a “Farsa da Peste Suína Africana”, e contra os baixos preços pagos aos produtores. Essa manifestação, coordenada pela FETAESC e por alguns sindicatos de trabalhadores rurais da região, com o apoio da igreja, reuniu mais de vinte mil camponeses num estádio de futebol e foi seguida por uma grande passeata pelas ruas da cidade. Foi a primeira grande manifestação de protesto ocorrida na região no final da década de 70, ainda na vigência do regime militar (POLI, 2008: 68)

Este contexto de mobilização e a luta por ganhar os sindicatos ditos “pelegos” é presente na narrativa de Irma Brunetto sobre as movimentações sociais que “enfogueiraram”, como ela mesma afirma, a época:

Foi uma explosão, nós achávamos que era em tudo que era lugar, mas não era. A igreja começou apoiando a Oposição Sindical e veio aquela palavra, sindicato “pelego”, sindicato que era a favor dos grandes, que era a favor do governo, quer dizer, era um sindicato nosso, mas era uma disputa ferrenha. Então, pra aquela época de ditadura, de poder vigente, todas as ferramentas eram importantes. Então, perder um sindicato pequeno lá em Xanxerê, meu Deus, era uma disputa ferrenha. Ah, mas o que esse sindicato vai mudar? Ah, mas mudava! Mudava o poder local, muito bem atrelado, então era uma disputa terrível, de perseguição, de processo judicial. A igreja tava querendo montar a Pastoral da Juventude, apoiar os sindicatos, os pequenos agricultores. Discutir a questão da terra, da reforma agrária, nossa!! Era um perigo, um perigo (Irma Brunetto, em entrevista a autora em 14 de maio de 2014)

Segundo os sindicatos de trabalhadores rurais, com esta crise passou de 80 mil para 20 mil o número de produtores independentes de suínos na região (POLI, 2008), e assim o sistema integrado prolifera e a saída “forçada” dos trabalhadores rurais para as cidades também. Problemas estruturantes, tanto do sistema de produção tradicional dos

trabalhadores rurais, como o esgotamento da fronteira agrícola no início da década de 1980, fazem surgir na região intensos movimentos sociais, como bem aponta Irma Brunetto com a tese do *enfogueiramento* de uma cultura política fortalecida pelo ânimo da conquista, afinal a população colocou pra correr os milicos, mas criou revolta e disposição para a luta, expressas nos embates empreendidos pelos sindicatos combativos, assim como nas ações consideradas mais radicalizadas como a ocupação de terras e a criação de movimentos sociais na região logo em seguida<sup>12</sup>.

MELO (2012) afirma que em março de 1980, meses antes da ocupação, a área da fazenda Burro Branco se mostrava improdutivo numa vistoria feita pelo INCRA e contava com a presença de 14 (quatorze) famílias que viviam na fazenda, como seu João Maria de Matos, que lá morava havia 33 (trinta e três) anos. Seu João, assim como as outras famílias, trabalhava como arrendatário e agregado para a família Taborda Ribas<sup>13</sup>.

Nos anos finais da década de 1970, o Conselho Indígena Missionário - CIMI<sup>14</sup> e a Comissão Pastoral da Terra, em trabalho conjunto, tentam localizar terras improdutivas com a intenção de mediar a possível desapropriação junto aos órgãos governamentais, como o INCRA. Mas ao que tudo indica foi a divulgação de um servidor do INCRA que divulgou uma possível desapropriação da fazenda Burro Branco (STRAPAZZON, 1998), injetando ânimo a dezenas de famílias que, exploradas e expropriadas de seus meios de produção, ocupam a fazenda em maio de 1980.

Segundo Strapazzon (1997) estas contradições estavam sendo acompanhadas pelas CPT enquanto a igreja católica influenciava e se tornava referência para as lutas dos indígenas e trabalhadores rurais na década de 1970. No oeste catarinense, segundo Poli (2008), identificava-

---

<sup>12</sup> Entre eles estão Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos de Mulheres Agricultoras (atual MMC – Movimento de Mulheres Camponesas) e do Movimento de Oposições Sindicais, para renovação das diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, constituindo os sindicatos *combativos* ou *autênticos* como se afirmava na época.

<sup>13</sup> Famílias que subsequentemente ingressaram na luta para conquistar um pedaço de terra na fazenda Burro Branco.

<sup>14</sup> O Conselho Indígena Missionário é um organismo vinculado à CNBB (Conferência dos Bispos do Brasil) criada em 1972 buscou novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas em interlocução com a sociedade. Desde o início lutou pelos direitos dos povos indígenas e sua diversidade cultural.

se, nas mobilizações dos trabalhadores rurais, a presença dos efeitos nefastos da modernização conservadora da agricultura. Assim, a reforma agrária retornava à sociedade com novo fôlego, quando as lutas se anunciavam na busca pela sobrevivência frente ao ímpeto do capital em lucrar. Neste sentido afirma José Fritsch:

Com um processo de encontro e organização que a igreja começou a fazer, através das eclesiais de base e do estudo da teologia da libertação, começou na verdade o debate sobre a realidade. Dom José tinha o seguinte, eles tratavam Dom José de comunista porque ele partia, fazia toda a reflexão através da análise da realidade, primeiro o olhar sobre a realidade, depois um olhar que a gente construía sobre a história, como que se dá a história da luta de classes, que num linguajar religioso Dom José expressava: explorados e exploradores, os oprimidos e tal, e por outro lado também a necessidade da organização, quer dizer era o ver a realidade, o julgar e o agir que o Dom José dizia que era a parte mais importante. Não adianta só dizer que é uma pessoa de bem, mas se não praticar a caridade. A caridade era a organização, o sindicato, o movimento, a oposição sindical. Quer dizer era um caldeirão de um momento político que a gente viveu lá naquela região. O que se tinha era uma atuação de igreja, tem a Luterana também, os pastores luteranos. Junto com isto tinha aquela questão da construção das barragens, que daí os colonos ficavam sem terra. Imagina o cara pensar que iam construir um reservatório. Vinha a questão das barragens, a crise da agricultura, a falta de perspectiva pros jovens. Não tinham mais condições de viver naquele pedaço de terra. (José Fritsch, em entrevista à autora em 12 de dezembro de 2013)

Desta forma se deu a contribuição e o trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, do arcebispo de Chapecó Dom José Gomes, e do padre Afonso Tebaltini<sup>15</sup> da paróquia de Campo Erê, por

---

<sup>15</sup> Padre Afonso, membro da CPT, da paróquia de Campo Erê, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e por ser de origem italiana, facilitava sua

denunciarem as precárias condições sociais dos trabalhadores rurais. Concomitante, circulava a informação divulgada por um funcionário do INCRA com a indicação de esta ocupação ter se iniciado com apenas cinco famílias (MELO, 2012: 98), famílias estas sobressalentes de um processo de desapropriação realizado na fazenda Mundo Novo, em Mondaí, em 1978 que gera expectativa em parte da população não contemplada por um lote (MELO, 2012: 99), assim como da comunidade em geral, motivada por outros processos de regularização fundiária que aconteciam, como o caso da fazenda Tracutinga, em Dionísio Cerqueira.

As atividades do INCRA de efetuar regularizações fundiárias nos municípios vizinhos<sup>16</sup> serviram de estopim para que os trabalhadores rurais empobrecidos, com pouca terra ou sem terra, saíssem em busca de alternativas com a realização de ocupações de terra. Como resultado desta possibilidade dos trabalhadores compreenderem que fazem parte de um conflito de terra, direito humano negado a quem a reivindica, mesmo de forma subordinada ao controle do capital. Interessa marcar que por causa das mobilizações realizadas em torno desta ocupação, as repercussões junto à sociedade e o apoio incondicional dado pela CPT e sua intermediação junto ao como governo estadual e federal, culminando na efetiva desapropriação<sup>17</sup> da fazenda Burro Branco em favor das famílias que lá viviam acampadas, durante os seis meses de ocupação.

## 1.2 OS SUJEITOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DA FAZENDA BURRO BRANCO

---

extradição enquanto inimigo comunista, por apoiar a luta dos trabalhadores que ocuparam a fazenda Burro Branco.

<sup>16</sup> Cristiane Melo (2012) apresenta a desapropriação do Imóvel Tracutinga, nos municípios de Dionísio Cerqueira e Palma Sola, 42 mil hectares de terras desapropriadas em 1978 e que ainda estava em fase de titulação, um dos fatores de movimentação de trabalhadores rurais pela região a procura de tal área. O que se confirma com a programação operacional do Projeto Fundiário de Santa Catarina pelo INCRA já apresentava vistoria da área para desapropriação desde 1979, classificada como “futura área de atuação” (MELO, 2012: 97).

<sup>17</sup> Mediante pagamento aos herdeiros da fazenda na forma de indenização, recebida com o decreto nº 85.360, em 12 de Novembro de 1980, pelo então presidente militar João Figueiredo, através do INCRA, pagando o valor de Cr\$ 10.311.160,00 (dez milhões trezentos e onze mil cento e sessenta cruzeiros) pela desapropriação da fazenda Burro Branco.

Potencializados pela Justiça de Transição e pelos diversos depoimentos dados às Comissões da Verdade espalhadas pelo Brasil, a história oral enquanto fonte histórica, aproxima os sujeitos que sofreram repressão do regime militar da versão dos fatos a partir de suas perspectivas. Neste intento, transpor o silêncio de outrora dando visibilidade às vidas dos trabalhadores rurais que viveram a mais de 30 anos esta experiência, recoloca a luta pela reforma agrária e sua relação com o período da ditadura civil-militar nos temas atuais.

Mas quem eram estes sujeitos? De onde vinham? Quais eram seus sonhos ao descortinarem as agruras às quais estavam submetidos, estes jovens e crianças, mulheres e homens, caboclos ou descendentes de imigrantes pobres europeus, safristas ou pequenos agricultores, que desprovidos do direito de trabalhar a terra se insubordinam e demarcam a história de resistência dos trabalhadores rurais diante da exploração das empresas colonizadoras e capitalistas que se instalam na região?

Oriundas de diversos municípios do oeste de SC, assim como dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, muitas famílias saem de Mondai/SC, com o objetivo inicial de disputar o título legal por um pedaço de terra da desapropriação que acontecia numa área situada entre Dionísio Cerqueira e Palma Sola, pois um dos integrantes do grupo tinha tido a oportunidade, no contato com o INCRA, de conhecer as leis que regulamentavam a questão da regularização fundiária (MELO, 2015; POLI, 2008) levando diversas famílias a se interessarem pela oportunidade das colonizações que aconteciam com as regularizações de terra.

[...] nós escutamos no rádio e via também o movimento do povo, daí nós tinha bem pouquinha terra e não era documentada, né? Daí o pai veio e pegou um pouquinho a mais (Rodrigues, Fátima da S. In Melo, Cristiane D. de: 2004, 50)<sup>18</sup>

Da ação que se propaga pelo rádio e pela demanda existente, diversas famílias dispostas a ocupar o latifúndio improdutivo se multiplicam e transformam um ato que inicia disperso, de aparência espontânea, em uma grande ocupação. Passado os primeiros 15 dias de ocupação, os cinco trabalhadores rurais se deparam com a realidade de estarem fora da área em disputa, tendo, ao invés disso, ocupado a

---

<sup>18</sup>MELO, Cristiane Dias de. Terra para quem nela trabalha: a ocupação da fazenda Burro Branco (1980). Trabalho de Conclusão de Curso ao Departamento de História da UFSC, Florianópolis, 2005.

fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê. O que se sucede é a permanência das famílias na área, visto estar esta fazenda sofrendo processo litigioso na justiça por problemas de herança entre os irmãos. A área parecia desabitada e improdutivo, havendo apenas alguns moradores responsáveis pela sua vigilância (POLI, 2008:90).

Represálias e confrontos se sucederam. Repasses de informações sobre a ocupação eram realizados pelos funcionários da fazenda junto aos seus patrões - no caso, a família Taborda Ribas, proprietários que residiam em Curitiba e viviam sob litígio entre os irmãos pela posse e uso destas terras - indicando ser uma situação difícil e irreversível esta ocupação. Experiência que a memória dos trabalhadores rurais ocupantes da fazenda Burro Branco não esquece por ter sido de permanente ameaça por parte dos capatazes da fazenda, assim como da polícia e do exército (POLI, 2008:91).

Mesmo em situação adversa, novas famílias de trabalhadores rurais continuavam chegando. Em poucos dias, mais de 60 famílias já estavam na área. Quinze dias de ocupação, mais de 100 famílias, sendo 83 delas do próprio município de Campo Erê e outras 50 famílias vindas da fazenda Mundo Novo, em Mondai (MELO, 2012: 93). A história conta que se houvesse mais terras, mais famílias chegariam “se tivesse terra pra dez mil famílias, tinham entrado” (POLI, 2008: 91).

Seguir a tradição de continuar cultivando a terra e garantir sua existência foi o que fez com que sujeitos comuns fossem se transformando em lutadores, e mesmo sem conhecer o Estatuto da Terra, nele encontraram ressonância, pois estavam se apropriando desta lei através da constatação de outras experiências vividas na região (MELO, 2012: 98), já que eram trabalhadores rurais e sua posição era de reivindicar seus direitos democráticos ao dar função social à terra, fazendo valer por direito e por justiça a posse da terra para quem viver e trabalhar nela (HOBSBAWM, 1998: 227).

Assim fez o trabalhador rural Claudiomiro Werner, há 30 anos assentado na antiga fazenda Burro Branco, quando afirmou se identificar com o trabalho na terra, e mesmo achando errado entrar na terra dos outros se viu obrigado por sua condição:

Eu disse que nos não entremos aqui sem pedir, nos pedimos, fomos atrás, fomos atrás de quem mandava nessas terras, essas terras que os donos não estão pagando imposto, e tão brigando, e eles não vão morar aqui, e o Inca disse que era pra nós se colocá. Nós tamo aqui, nós queremos



comprar se tá à venda, se é de vender, nós somo de acordo de comprar e pagar, nós não queremos dado (Claudiomiro Werner, em entrevista à autora em 10 de maio de 2014)

Safrista por tradição familiar, de forma que não era necessário arrendar terras, somente possuir o necessário, como uma colônia de terras equivalente a 25 hectares, como faziam seus pais e avós para conseguirem se reproduzir enquanto trabalhadores rurais, com certa autonomia, para garantir sua alimentação, por meio, sobretudo, do trabalho por safra, Claudiomiro saiu em busca de seu sonho.

Vimos de Maravilha, meu pai tinha 9 hectares e seis filhos [...] Nós arrendava terras fora e criava porco, porque naquela época dava pra criar porco. Meu pai era assim: meio safrista. [...] Nós plantava as roças, abóbora, ele (o pai) nos dava sal e mandava nós lá no meio da roça jogar um pouquinho de sal na abóbora, e daí ele soltava os porcos pra comer, engordar os porcos e vendia (Claudiomiro Werner, em entrevista à autora em 10 de maio de 2014)

O trabalho de safra era típico dos brasileiros e consistia “na derrubada do mato, queima da área e plantio de milho e abóbora. Após o amadurecimento deste plantio, os animais eram soltos e se criavam por si” (RENK, 1991). O manejo de engorda do rebanho suíno ganhava destaque, posteriormente eram recolhidos para venda e, “*no ano seguinte repetiam o processo*” (RUCHENSKI: 1996,164).

Com a modernização da agricultura, este processo é interrompido, e há um direcionamento do trabalhador rural em acompanhar as mudanças tecnológicas do sistema integrado, proposto pela Revolução Verde, mudanças estas que acontecem nesta região e que nos levam a compreender o fato de serem estes trabalhadores os quais Renk define como os “imigrantes que se fizeram enquanto safristas e intermediários de transação” (RENK, 1991) que, ao invés de produzir o alimento para engordar o porco, passam a comprar a ração, substituindo a produção de suínos organizada na forma conhecida como ciclo completo, na qual o processo é integralmente controlado pelo trabalhador rural, proprietário dos meios de produção.

Também havia o aumento da competitividade, preços oscilantes e endividamento por anseio de saldar juros altos. A cada dia mais os

trabalhadores rurais transformam-se em proletários, disponíveis a partir de agora para serem explorados, seja nas fábricas das cidades, seja nas terras de outros. Muitos trabalhadores rurais estavam perdendo suas terras para os bancos<sup>19</sup>, ou não conseguindo obtê-las, o que fez com que jovens famílias de trabalhadores rurais sem terra, como a do casal Claudiomiro Werner, 59 anos, e Angélica Werner, 59 anos, pais de três filhas, passassem a ocupar a terra.

Claudiomiro foi um dos primeiros a chegar à ocupação da fazenda Burro Branco, no início de junho de 1980. Angélica esperou o tempo de acampamento na casa de parentes, por ter as filhas ainda pequenas, e não querer sofrer com os perigos da ocupação. Na questão produtiva sempre tiveram boa diversidade do que comer, e durante mais de dez anos entregaram leite pra agroindústria. Entendem bem de economia, questionam a dificuldade de financiamento para o trabalhador rural, do valor injusto que recebem por trabalho árduo. Produziam o que comiam até bem pouco tempo atrás, agora com a aposentadoria e com a dor nas costas não vale mais a pena lidar com a roça. Compreendem que os tempos de ditadura civil-militar aparentavam ser melhor para viver, sem saber dos crimes que o regime cometia, absorvendo da propaganda do Estado militarizado que difundia a informação de sermos um país seguro e ordeiro.

Receberam o título de propriedade de 15 hectares, regularizados na comunidade 12 de Novembro, distante cerca de 5 km da agrovila onde moram até os dias atuais, estabelecidos em casa de alvenaria recém-construída resultada de uma luta que se iniciou 30 anos atrás: passadas três décadas, o sindicato rural do município consegue através de mobilização junto à Caixa Econômica Federal o financiamento de casas populares no meio rural.

---

<sup>19</sup> POLI (2008) afirma não haver informações sistematizadas sobre a questão, é certo que muitos trabalhadores rurais perderam suas terras por leilões, devido ao fato de não conseguirem pagar suas dívidas.



Imagem 2. Igreja e salão comunitário da comunidade 12 de Novembro – fazenda Burro Branco. Foto: Paola Masiero Pereira, maio de 2014.

No mesmo ritmo de conquistas, a reforma agrária brasileira proporciona a outra família pioneira, a mesma situação, é o caso de Almira Maciel, 58 anos, e Gumercindo Maciel, 68 anos, casados, três filhos. Com dignidade, 30 anos após o início da ocupação, conseguiram ter a casa nova construída, assim como apenas mais seis famílias. O carro do ano é resultado de longo trabalho de produção leiteira que comercializam 100% para a agroindústria. Moram no lote de nove hectares de um projeto de regularização fundiária, onde o INCRA distribuiu de forma dispare lotes que iam desde o tamanho de três hectares até lotes contendo vinte e cinco hectares, problema instalado desde a desapropriação da fazenda Burro Branco.

Começamos plantando feijão, milho, soja. A soja não era transgênica. Lutamos muito que ela (soja transgênica) não entrasse aqui, mas não teve jeito, no final da década de 90 ela começou a chegar. (Almira Maciel, em entrevista à autora em 9 de maio de 2014)

Como consequência de um processo maior que acumula a com a permanente concentração da terra e a mecanização da agricultura, abastecendo as cidades com os jovens trabalhadores rurais, filhos dos sem terra assentados que não seguiram ao fluxo migratório em busca de emprego e moradia nas médias e grandes cidades. Ao que ficaram,

resistindo à dura realidade, da reforma agrária, ou melhor, contra-reforma agrária, que destinam os trabalhadores rurais a viverem em pequenas parcelas de terra, por onde só conseguem reproduzir a pobreza. Os filhos de Almira e Gumercindo, três dos quatro filhos, o primeiro faleceu ainda criança, os outros impossibilitados de se reproduzirem em pequena parcela de terra, junto com seus pais, migram para as cidades da região, alterando sua cultura, perdendo a capacidade de produzir o que necessitam:

minha menina casou e o genro foi trabalhar no banco, transferido de Campo Erê para Chapecó fazem 10 anos. O rapaz foi trabalhar na Casan em São Lourenço, já tem faculdade e posses, tudo. Mas preferiu morar na cidade. Tem gente que é daqui e tá em Novo Hamburgo, em São Paulo, Jaraguá do Sul, outras famílias foram pra Caçador plantar tomate. (Almira Maciel, em entrevista à autora em 9 de maio de 2014)

Podemos caracterizar, mediante estas informações, como sendo ínfima a possibilidade dos trabalhadores rurais de conseguirem permanecer no campo se reproduzindo em parcela tão pequena de terra, ao possuírem famílias tão numerosas, como afirma Jose de Souza Martins quando diz que “(...) no Sul e no Sudeste um fator particularmente agudo tem sido a fragmentação do minifúndio e a impossibilidade ou dificuldade de reprodução da agricultura familiar” (MARTINS, 1984:37). Fato este que os militares conheciam e que está presente em um Inquérito Policial Militar – IPM, documento “oficial” que confirma:

O fato das pequenas propriedades não gerarem excedentes comercializáveis suficientes para a formação do capital, impossibilita, dessa forma, a aquisição de novas áreas. Em consequência, os proprietários não conseguem legar para seus filhos áreas em tamanho suficiente para a exploração agrícola, gerando êxodo rural ou o agricultor sem-terra (ACE 7210/87)

O acampamento da Burro Branco teve um formato disperso com barracos ocupando os lotes pretendidos, bem distinto dos acampamentos organizados pelo MST, já bastante conhecidos e em cujos barracos de

lona preta ficam aglomerados numa parte da fazenda ocupada ou no entorno dos latifúndios. No caso da fazenda Burro Branco, ainda que no primeiro momento tenham sido apenas cinco famílias a entrarem, foi sua rápida massificação que acumulou força para garantir seu caráter reivindicatório.

Após três meses, cerca de 350 famílias se encontravam na área (DIAS, 2012: 124). A maioria descreve que os homens chegavam primeiro, ficando parte das famílias nas casas de parentes durante os meses de acampamento, até a desapropriação, o que durou tempo aproximado de seis meses. Almira Maciel ficou com parentes, Jurema Rodrigues participou com toda a família da ocupação e Claudimiro Werner chegou com outros quatro parentes logo no início. Iniciada a ocupação, outros personagens entraram em cena, um desses sujeitos foi o padre Afonso Tebaltini.

Lógico, depois que teve a ocupação, tinha o padre Alfonso Tebaltini, ele ligou lá pro Dom José dizendo: olha tá tendo uma ocupação complicada aqui na paróquia, porque tem umas pessoas que entrou na fazenda dos Tabora e, essa fazenda dos Tabora faz anos que tá sem produzir nada. E o padre italiano já chegou dizendo pro bispo que bom que isso aconteceu! Mas e o padre pedia o que fazer nessa hora? Com a polícia entrando lá, querendo bater em criança (José Fritsch, em entrevista à autora em 12 de dezembro de 2013).

Também podemos considerar, segundo Jurema Rodrigues, que a atuação do padre Afonso Tebaltini e a CPT, na organização social do trabalho e do acampamento contribuiu para que os despejos não acontecessem e a desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária fosse o objetivo principal. Os trabalhadores rurais foram chegando de forma espontânea, sem organização, e ao poucos foram se formando politicamente, passando a compreender o que acontecia no entorno desta ocupação de terra, pois segundo Strapazzon: “*Depois que a ocupação ocorreu, o mediador deu todo o apoio em termos de contatos com autoridades, alimentação, assistência médica, suprimindo necessidades momentâneas*” (STRAPAZZON, 1988: 37).

Quem apresenta esta afirmação é Jurema Rodrigues; mas quem é esta trabalhadora rural? Como foi a chegada da família na ocupação, seus anseios e dificuldades? Podemos considerar Jurema uma das primeiras mulheres a participar da ocupação com marido e filhos

pequenos na luta pelo direito à terra para trabalhar. Sua posição de mulher em luta ganha destaque nesta história visto que dezenas de trabalhadoras rurais foram vitoriosas ao fazerem parte da ocupação da fazenda Burro Branco.

Durante os seis meses, entre maio e novembro de 1980, várias foram as dificuldades enfrentadas no acampamento, entre elas a repressão da ditadura. Lado a lado com os homens, as crianças e os velhos, Jurema enfrentou a polícia militar violando seus barracos, destruindo os alimentos e móveis. Afirmou sentir-se aborrecida com a permanente presença destes que sempre afirmavam estar em busca de armas e munições, prendendo lideranças e intimidando a comunidade acampada com eminentes despejos ilegais e truculência. Lembremos que a família dos proprietários, os Taborda Ribas, travava batalha judicial contra os acampados, solicitando a reintegração de posse.

Jurema, mais uma vez, ilustra a travessia que foi a sua chegada na ocupação, vinda de mala e cuia, apresenta as dificuldades de uma noite fria ao relento:

Nós pousemo na rua, um dia antes da chegada no acampamento. Nós entramos lá embaixo, pelo meio da floresta porque o caminhão da nossa mudança não entrava, viemos até uma altura. Comecemo a roçar e a mudança no meio do mato. Daí a gente descarregô a (certa altura) da floresta e puxou de carroça (a mudança até) o nosso acampamento. Assim, no meio do mato, veio duas carroças, uma era da minha mudança, outra era da minha comadre. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Eram duas famílias a chegar no acampamento e, juntas foram formando, a certa distância do vizinho acampado, sua nova morada. Do caminhão de mudança emprestado transformado em duas carroças, repleto de crianças, ferramentas de trabalho, comida, painéis e utensílios. A primeira reação foi desgostar da quantidade de mato, capoeira e guanchume existente no lugar. Talvez fosse pelo cansaço, mas pouco tempo se tinha com tantos meninos em volta. Também não se imaginava o que significado daquela chegada ao acampamento para a história da luta pela reforma agrária do estado de SC.



Imagem 1. Jurema Rodrigues, entrevistada, moradora da fazenda Burro Branco. Foto: Paola Masiero Pereira, maio de 2014.

Que nois viemos num caminhão só. Dai nois sem saber hora, sem saber nada, uma renca de menino em volta e, menina mato!!! Era capoeira, os homi só roçaram assim...um homem que já era morador do acampamento ali, deu pra nos deu um amassadão lá, puro guanchume e fomo roçar, uns toco dessa altura assim. Eles (os maridos) descarregaram nos ali e voltaram pra floresta buscar mais dai eu disse meu Deus que hora que é isso?! E nós com as crianças sem comer, tudo né. Daí eu peguei uma mesa, botei o rádio, enrolei o fio do rádio numa árvore e liguei, onze horas, daí olhei pra cumadre e disse: será que vai dar tempo de nós fazer almoço? Pras crianças, e fazer pão, porque nós não tinha nem pão pra dar pras crianças comer. Dai agarrêmo, e começemos, arrastei meu fogão, que era fogão à lenha, botei lá, fizemos fogo, disse: fazer surrar um risoto pra dar pras crianças e vamos fazer pão que dá tempo, eu disse. Peguei uma bacia, no meio daquela copeira lá (entonação de empolgação), eu tava de joelho lá amassando aquele pão e o risoto cozinhando, chega a polícia lá. Daí nós nem tava com toda mudança lá ainda, até nós levamos um susto, eu e

a comadre. Era um galpão um pouco maior que este aqui. Daí as polícia disseram: cadê os maridos de vocês? (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Esta experiência de resistência iniciada durante o período militar é emblemática por coadunar em sua luta imediata a questão histórica da reforma agrária, com a presença de homens e mulheres, jovens, crianças e idosos. Fiquemos atentos para o tema colocado no final da narrativa, quando o policial solicita falar com o marido da Jurema para passar o recado da ameaça de despejo.

O que indigna nesta situação, além de estar lutando pela terra sob a ameaça das botas dos generais, e passar pela opressão de gênero quando sabemos, mesmo que a história negue este direito, que muitas mulheres tiveram participação ativa na luta. Histórias sonegadas de mulheres, mães, esposas, filhas e trabalhadoras, que num segundo momento da luta, quando a CPT dava orientação e formação política, serviram de “escudo humano”, fazendo a linha de frente da segurança nas ocupações, recepcionando as “visitas” da polícia enquanto os homens se escondiam na mata, por questão de segurança, tática para não serem presos. O que elas sentiam eram as ameaças dos despejos eminentes, das buscas e apreensões de armas, da apropriação da comida dos acampados para serem jogadas ao chão e alimentar os cachorros da polícia.

[...] O principal tema debatido nas reuniões era sobre a terra. Um conselho que a gente ganhava era pra não desistir. De nós mulheres enfrentar a polícia, não deixar os maridos enfrentar senão eles levavam preso né?! (Jurema Rodrigues, em entrevista a autora em 13 de maio de 2014)

Jurema afirma que, numa das visitas da Polícia Militar à sua casa, ela teve que pedir que parassem de ser tão ostensivos sobre o seu torresmo. *“Eles estavam comendo tudo, revirando, quebrando, pedindo que entregássemos as armas, que éramos comunistas e que estávamos ali acampados, atentando contra a ordem”* (Jurema Rodrigues, em entrevista a autora em 13 de maio de 2014). Além de andarem armados, produziam de forma improvisada o alimento, usando instrumentos de trabalho como enxadas e facões.



Meu marido fazia roça lá em cima, era uma serra assim que descambava um chatão. Ele fazia roça lá com a peonada<sup>20</sup>, roçava, derrubavam mato, isso eles iam 5 horas da manhã derrubar, quando era seis horas eles paravam. Cinco horas da tarde eles iam de novo, davam mais uma pegada pra poder fazer roça né?! Porque a polícia tava em cima. E daí nos tinha uma trilhadeira, daí ele subia com os peão né e eu ficava cuidando, era um diretão assim do nosso acampamento, daí nós enxergava longe né. Eu ficava cuidando, quando apontava um carro lá e via que era a polícia, eu subia lá, ligava o motor com todo o volume. Eles escutavam lá e desligavam o motor e ficavam quietos. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

A narração de Jurema Rodrigues (2014) expressa a vida antes da ocupação da fazenda Burro Branco, a transferência de suas vidas para o local de disputa, e os laços de solidariedade ali empreendidos para suportar a fome, a perda, a morte.

Quem tinha trouxe, quem não tinha, não tinha nada. Nós trouxemos carroça, trilhadeira, porco, gado. Trouxemos uma vaca, uma junta de boi e uma novilha. Trouxemos acho que 15 cabeças de porco. Que aquilo foi devorado tudo, comido. E de lá trouxemos 3 sacos de arroz descascado [...] Trouxemos feijão, trouxemos erva, banha. Trouxemos tudo. E daí a gente servia os vizinho né?! Chegou umas horas que ninguém tinha, daí nós não tinha mais, não dava pra servir ninguém. E era aquela vida menina! E daí os troquinho, que nós tinha um pedacinho de terra lá (em Maravilha, antes da ocupação da Burro Branco) que dava 15 dias de sol e nós ficava sem água. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

A ocupação seguia com a chegada de novas famílias e, passado uns três meses, transformações eram percebidas inclusive na paisagem, já que onde antes havia araucárias trançadas umas as outras, abriam-se

---

<sup>20</sup> Como chamou os companheiros acampados que dividiam o trabalho coletivo.

clareiras e as árvores viravam madeira. O terreno composto por terra dobrada (encostas de morros, onde não entra arado) de mata atlântica, não resistiria à depredação promovida pela revolução verde no Brasil<sup>21</sup>.

Evidencia-se, também, na fala de Jurema, como a determinação das mulheres garantia a manutenção de suas necessidades em pequenas porções de terra e em casas simples de madeira. Jurema, mulher da roça, com traços característicos de uma cabocla, nascida e criada em Nonoai, norte gaúcho, em 2 de setembro de 1952, vive hoje na comunidade 12 de Novembro com o filho caçula, do segundo casamento, Hélio Rodrigues, primeiro marido e companheiro de ocupação, era de Palmeira das Missões-RS. Abaixo transcrevo um excerto da fala dela quando conta como conheceu o marido e como vieram acampar na fazenda Burro Branco:

Nós se achemo em Maravilha, cidade do oeste de Santa Catarina. Depois vieram pra invasão, com sete filhos. Hoje, tão tudo fora, na cidade, casaram, tem os netos... em Itajaí tem 2, no RS tem 2, uma faleceu. O meu pai é falecido em Maravilha, era da roça, minha mãe ainda é viva e mora em Maravilha, tá com 83 anos. Plantavam de tudo: feijão, milho, arroz, mandioca, tudo. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Família de tradição agrícola, concebia o mundo a partir do trabalho na terra, os pais de Jurema Rodrigues, como a maior parte da população brasileira à época, realizava o trabalho agrícola (e ainda o faz atualmente, como é o exemplo da mãe de Jurema que ainda em Maravilha). Na ocupação da fazenda Burro Branco esta família conquista um lote e começa a produzir hortaliças e grãos, assim como passam a criar pequenos animais, basicamente para subsistência. Era necessário, para isso, realizar planejamento quanto à infraestrutura para morar e à boa alimentação, do contrário, o endividamento seria fatal, e perderiam suas terras para os bancos, com Jurema explica:

Daí nos vendemos né. Daí aqueles troquinho a gente pegou pra pagar peão, o falecido fez um financiamento pra poder plantar e daí foi ali que

---

<sup>21</sup> Impacto relevante quando temos apenas 7% de mata atlântica preservada no país.

nós enterremo de uma vez a miséria né?! Porque daí tivemos que vender tudo que tinha pra pagar o banco. Porque plantemo e não deu nada! A terra era uma estopa. Ele pensou é mato né isso aí vai dar planta a reveria! Pagou peão, fez roça, financiamento pra comprar semente, plantar. Plantemos menina, quando pegamos dois sacos de soja, dois de feijão, dois de milho pra plantar, não tiremo a semente!!!!!! Tivemos que vender tudo que tinha pra pagar o banco. O resto, duas vacas de leite e faltava ainda 80 pila pra pagar o banco. Da criação, queriam levar até a nossa vaca. Daí eu disse: o meu desaperto é farinha e leite pras crianças comer, se vocês levarem o que vou dar pras crianças comer? (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

O depoimento de Jurema coloca-se no sentido de defender o direito à terra para trabalhar e garantir suas necessidades nutricionais, por exemplo. Esta era a identidade da luta na época e mudanças ocorriam. Ao saírem em busca da terra, sem saber, estavam fazendo parte de um movimento que levava milhares de trabalhadores a se movimentar de um lado para o outro, em busca de melhores condições de vida.

Portanto, a falta de acesso à terra, ou o desprovimento dela por consequência de histórica expropriação e o fato de serem explorados pelos donos da terra, levaram os trabalhadores, como fez dona Jurema Rodrigues, a ocupar o latifúndio improdutivo em um barraco de lona que por muitas vezes precisava ser refeito, pois os furos precisavam ser remendados a toda hora, isso quando não pegava fogo.

Morar de forma improvisada foi uma das dificuldades enfrentadas, dentre as outras estava a viagem que os levou até a ocupação que durou três dias em cima de carroças, com pernoites dormidos ao relento. Jurema recorda que os móveis sobre a carroça enroscavam nas araucárias e que foi sobre um amassadão de mato que iniciaram o acampamento e sua primeira moradia. Em volta de casa, o chiqueiro para os porcos, um galpão para guardar a trilhadeira e algumas ferramentas, itens que vieram na mudança.

No topo do morro, em meio à floresta, escondidos, fizeram uma roça onde produziram os primeiros grãos. Foi um trabalho realizado em mutirão para o autoconsumo das famílias. O método foi adotado para garantir que não fossem pegos trabalhando.

Sei que eles enloucaram tanto nós, mas nós já tinha 2 alqueires de roça lá em cima, no meio daquele mato né?! E daí os que moravam mais na beirada, que quiseram ter roça no quadro deles, eles (a polícia) pegaram tudo. Um dia eles vieram e pegaram o Valentin, um sobrinho e um filho dele. O Chumbo, o Maximino, pegaram o Claudio Werner. Tudo trabalhando, roçando. Prenderam motosserra, machado, facão, prenderam. Levaram os homi tudo preso. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Esses primeiros conflitos foram gerando formas de sociabilidade, de organizar o trabalho em mutirões, já que analisam a realidade e se aproximam da relação de defesa diante das permanentes ameaças. Esta assertiva acenderia, como fagulha, a luta pela reforma agrária na região sul do país, denunciando a desigualdade social e o nível de violência aos quais estavam submetidos. Conforme Thompson, pela experiência:

[...] os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa (THOMPSON, E. P, 1981: 99).

O que importava era garantir através da organização do trabalho e das reuniões com padre Afonso Tebaldini, as alternativas para continuarem existindo, tendo consciência de sua condição de classe, compreendendo por tantas famílias estavam sem terra para trabalhar, experimentando acumular para a luta de classes no campo. Jurema volta a narrar como aconteciam as reuniões de formação e planejamento organizadas pela CPT e por padre Afonso:

A gente que tava aqui, ia fazer reunião lá na costa do morro, em São Jorge, tinha uma escolinha lá, de certas pessoas que moravam ali naquela terra né?! Daí o padre avisava nós, aí nós descia aqueles mato, porque era mato! Nós descia pelo carreiro, e passava o dia lá, sem comer, sem nada. Nós tava de reunião, e depois descia a serra pra

casa. Os filhos ficavam em casa, no acampamento. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Das contradições presentes no conflito criava-se o entendimento, que por sua vez se fazia resistência: os sujeitos continuavam sobrevivendo em barracos de palha, passando a compreender os perigos de lutar contra a ordem estabelecida pela propriedade privada, entendendo os riscos que corriam, mesmo sem saber muito sobre as leis do Estatuto da Terra, nem sobre os crimes que golpeavam outros trabalhadores rurais durante a ditadura militar.

Em termos mais atuais, evocando a relação dialética com o passado, a história recente desta ocupação nos apresenta os múltiplos interesses do regime militar para a questão fundiária no país, entre elas a de apaziguar áreas com presença de conflitos sociais ou com problemas de titulação da propriedade<sup>22</sup> com resoluções como, por exemplo, aquela da ocupação da fazenda Burro Branco na qual se individualiza a solução, titulando cada família de forma individual, fragmentando as relações de trabalho, neutralizando as mobilizações realizadas de forma coletiva. Assim, se exclui dos trabalhadores rurais a possibilidade de participar de processos mais complexos, como conhecemos nos projetos de assentamentos de reforma agrária.

(...) a diferença entre assentamento e regularização de terras está vinculado a dois projetos governamentais, reforma agrária e colonização, respectivamente. E entre estes dois projetos há diferenças ideológicas e práticas. Enquanto que, para a Reforma Agrária, há um pacote de ações governamentais, em termos de financiamento e subsídios, para a colonização não há tantas ações que visem à permanência de agricultores na terra (STRAPAZZON, 1988:38)

Além desta percepção sobre o direito legal da posse da terra, outras mudanças são sentidas pelos trabalhadores rurais, como é o caso da história de vida de Irma Brunetto (2014), militante do MST, que aponta similitudes em sua trajetória com os trabalhadores e a busca da terra para trabalhar. Filha de trabalhadores rurais, ela chega com sua

---

<sup>22</sup> No estado de Santa Catarina, cria-se o Projeto Fundiário, datado de 1972, com finalidade de executar regularizações fundiárias (MELO, 2012: 65).

família ao município de Quilombo/SC, migrando da região de Erechim-RS, por intermédio das empresas colonizadoras que apontam estas mudanças na matriz produtiva. Ela afirma perceber alterações no modo de produzir alimentos com a introdução de maquinário: se, que exigia menor uso de mão-de-obra, gerando conflito para muitos arrendatários, que diretamente sentem o impacto pela diminuição da disponibilidade de terras para trabalhar.

Eu fico olhando as terras quando passo por Xanxerê, nas terras onde nós plantava e que não tinha máquinas e tal, eram terras dobradas e de banhado, e agora eu passo por lá onde nós trabalhava de arrendatário e, agora eu olho e já tá tudo mecanizado. Arrastaram as pedras, destocaram as árvores e tudo e agora fazem com trator, aquilo que nós fazia tudo a braço. Os seis mil Sem Terra<sup>23</sup> que foram assentados neste processo é um grão de areia para os arrendatários que foram tudo pra cidade. E a terra pra comprar, não dava mais, se fosse o valor real da terra, mas com a mecanização sobrou menos terra e elas ficaram mais caras. (Irma Brunetto, em entrevista a autora em 14 de maio de 2014)

As informações relatadas por Irma Brunetto é um panorama da história recente do país, onde se verificam as táticas da modernização da agricultura sobre os trabalhadores rurais, processo de acumulação do capital que subordina e explora posseiros e arrendatários. Não fica distante imaginar como este modelo de concentração da terra impulsiona a ação espontânea da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980.

Experiência que resulta, posteriormente, na organização de seis mil famílias através do MST, para lutar pela reforma agrária e pelo controle dos meios de produção, vital para a reprodução do trabalhador rural. Onde antes não se poderia imaginar produzir, com o desenvolvimento científico e tecnológico, se alargam os efeitos do domínio do capital sobre a natureza para produzir seus lucros.

Do total de 322 famílias assentadas no formado de regularização, a conquista subsequente vem com a presença da escola, local que aglutinou as famílias, assim como o posto de saúde, a igreja, concentradas na comunidade 12 de Novembro, local que ainda hoje

---

<sup>23</sup> Irma Brunetto se refere ao período posterior a 1985, ano que acontecera

possui famílias em busca da titulação da terra, tanto para financiamento agrícola, como para construir casas através de crédito rural para habitação<sup>24</sup>.

As outras quatro comunidades, por falta de organização coletiva, provavelmente decorrente desta regularizada que individualizou a solução das dificuldades enfrentadas ao longo dos 30 anos de trabalho agrícola para o pequeno produtor resultou em dissolução e evasão dos lotes, como aconteceu nas comunidades Belo Horizonte, São Jorge e Santo Antônio. Na comunidade 16 de Maio, os granjeiros retomaram os lotes e tornaram a configurar a concentração fundiária.

Em 1987, das mais de trezentas famílias que receberam o título da terra, apenas 30 % permaneciam resistindo (MELO: 2012). Na festa de comemoração dos 30 anos da ocupação, em 2010, contabilizou-se 18 famílias pioneiras ainda morando na Burro Branco e, atualmente moram 10 famílias, todos aposentados. O projeto de regularização fundiária desenvolvido na no antigo latifúndio com certeza mudou a paisagem, com diversas casas pontilhando o horizonte homogêneo do atual agronegócio que cerca a antiga fazenda Burro Branco, porém apresenta as dificuldades de permanência em pequenas parcelas.

Com o investimento voltado para os interesses do agronegócio, nome atual do ciclo da modernização conservadora, resultado da revolução verde, Jurema recoloca em discussão a saída dos filhos e a falta de investimentos para o pequenos como empecilho para o desenvolvimento da agricultura no pequeno lote de 1000m<sup>2</sup> onde desenvolve a horta e pequena produção de frangos, comprando o restante na cidade com a aposentadoria. Sendo que 30 anos atrás, logo após a conquista da terra, as famílias assentadas chegaram a cultivar 10 mil quilos de feijão e 18 mil quilos de milho (MELO, 2012: 111).

De produtores para consumidores, e aqueles que ainda desenvolvem a produção agrícola estão atrelados à cadeia produtiva do fumo e do leite, principalmente como a família Maciel com o leite, e parentes da família Werner com o fumo. Encontram-se todos expostos às regras do mercado, como nos narram Jurema Rodrigues e Claudiomiro Werner:

---

<sup>24</sup>Uma das possíveis razões para tanta dificuldade, apontada por Jurema Rodrigues em seu depoimento, é o desmembramento da área de moradia separada da área de plantio, algo imprevisto para o projeto de regularização proposto pelo INCRA onde a totalidade da vida do trabalhador rural se dá dentro da demarcação de cada lote.

Eu sou uma que tô aposentada. Faço meus canteiros por aí e minha comadre também. Mas tem o Claudio Werner que era daquele tempo. Ele trabalha, tem a terra dele ainda. Planta, colhe, luta com o fumo. Tem o Tonho Teixeira, ele e a mulher dele são filho de quem chegou aqui por primeiro. Os pais são falecidos e eles são raízes deles também. Tem o tal de Mico, que mora mais pra frente lá, que é dos primeiros que chegaram e também ainda tá lá. Ele tem açude de peixe, trabalha com fumo (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014).

[...] lá em casa ninguém comprava nada, só açúcar, sal. O resto era tudo da roça, eu fui comprar arroz agora faz pouco tempo. Senão tinha arroz até pra vender pros vizinhos. Hoje ninguém mais planta. Nós como os outros, já estamos velhos não precisamos mais plantar. Aqui nós trabalhamos muito, só que quando o produto tem bastante não vale quase nada. E daí quando não tem o produto vai lá em cima. Isso aqui é uma falta que nós não temos apoio do governo, um preço firme. [...] precisava fazer um papel assim, nós vendemos milho na alta, aquele quebrado eles descontam tudo. Esses tempos, compramos umas bolsas pras galinhas, e dava 40% de quebrado (Claudiomiro Werner, em entrevista a autora em 10 de maio de 2014).

Na comunidade 12 de Novembro, onde se estabeleceu dona Jurema, ficam atualmente a Escola Estadual 12 de Novembro e o posto de saúde a 10 km do asfalto, com linha de ônibus duas vezes por semana. Com problemas de saúde, impossibilitada do trabalho agrícola, a maioria dos pioneiros da ocupação da fazenda Burro Branco precisa comprar os alimentos, como faz Claudiomiro Werner, que até pouco tempo plantava o arroz que consumia, garantindo seu auto sustento, hoje, sem condições de realizar esse trabalho e com os filhos morando longe, não consegue garantir sua reprodução.



### 1.3 – DITARURA CIVIL-MILITAR E A REPRESSÃO SOBRE OS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA BURRO BRANCO

(...) se falava que nós precisava de uma reforma agrária ampla e irrestrita [...] Era fim da ditadura, mas havia um controle muito grande. O sigilo era muito maior, reunião nas casas, a reunião dos sem terra era tudo nas casas, tudo sigiloso [...] Algumas informações eram grupos bem pequenos, nome de lideranças não se escrevia em cadernos. Havia perseguição e muito barulho também! (Irma Brunetto, em entrevista à autora em 14 de maio de 2014)

Os meses que se seguiram após a ocupação foram plenos de situações limites de coerção, violência que se traduzia na falta de trabalho, moradia, em ameaças, agressão, perda de casas e roças por incêndio criminoso, busca e apreensão sem mandato, prisões arbitrárias, roubo, perseguição, assassinato. O resultado do enfrentamento direto ao modelo imposto pelo capital de expulsar os trabalhadores rurais do campo reverbera na memória dos pioneiros da ocupação, principalmente por terem sonhado com uma vida tranquila e digna no assentamento. São as determinações do capital que continuam expulsando os trabalhadores do campo, no caso seus filhos crescidos no assentamento que não conseguiram reproduzir sua existência na pequena parcela dos pais e hoje estão fora do assentamento.

No entanto, são as ações da Polícia Militar em conter e dissolver qualquer forma de organização social que ganhará ênfase neste subcapítulo porque serão as forças de segurança pública e privadas<sup>25</sup> acionadas para conter o acampamento, em prol dos interesses dos donos da fazenda<sup>26</sup>. Das ações violentas das forças de segurança pública são produzidos diversos Inquéritos Policiais Militares<sup>27</sup> sobre a área, base

<sup>25</sup> Dos 70 milhões de brasileiros em 1980, 30 milhões foram expulsos do campo, ou seja, quase metade da população brasileira; também temos atualizados pelas pesquisas da Comissão Camponesa da Verdade casos comprovados de violações de direitos de 1.196 trabalhadores rurais, como assassinados, desaparecidos ou torturados (VIANA: 2012, 21)

<sup>26</sup> As liminares de reintegração de posse nunca chegaram a ser executadas, mediação da CPT e de Dom José Gomes.

<sup>27</sup> A [Lei nº 12.527/2011](#) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou

material emitida pelo serviço burocrático das Forças Armadas de monitoramento na época, que subsidiavam as operações repressivas.

Seguindo os ditames externos, principalmente dos EUA, baseando-se na Doutrina de Segurança Nacional<sup>28</sup> e com a intenção de garantir a segurança interna do país, o regime militar enfrentou o “inimigo interno”, “subversivo”, através de diversas violações de direitos, transformando exceção em regra geral, o que atingiu diretamente os trabalhadores rurais, principalmente por parte do poder estatal quando este atuou ou se omitiu em favor dos grandes proprietários rurais e seus aliados na indústria (IANNI, 2004: 252).

A violência do latifúndio surge quando os trabalhadores começam a lutar contra a violência estrutural. Os que lutam contra o latifúndio são uma ameaça aos interesses dos latifundiários. Estes procuram destruir esta ameaça, mesmo que para isto também tenha que matar ou mandar matar (GORGEN & STEDILE, 1983: 74).

Neste sentido, o contato dos trabalhadores rurais com as políticas de Estado se estabelece com as forças de segurança pública e sua rede de informações, ligados ao SNI, apresentam o padre Afonso Tebaltini como o líder da ocupação da fazenda Burro Branco. Ele seria o sujeito subversivo que induziria milhares de trabalhadores rurais a fazerem ocupações de terra em seu cotidiano. Concomitante às operações repressivas, o regime precisa defender e desenvolver o país para consolidação do Estado militar forte, avançando no desenvolvimento das forças produtivas com a chamada modernização conservadora, o que os trabalhadores rurais da região percebem acontecer quando se defrontaram com histórias como a da “falsa gripe suína africana”.

Um mês após a ocupação da fazenda Burro Branco, tem-se registro de emissão dos primeiros Inquéritos Policiais Militares sobre este fato histórico. Interpretar tais documentos é imperioso para compreendermos como estas agências produziam os subsídios que

---

jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades, inclusive documentos confidenciais produzidos pelas Forças Armadas durante a ditadura.

<sup>28</sup> Alinhada à Escola Superior de Guerra e à doutrina militar dos norte-americanos, afinal eram tempo de Guerra Fria, formavam-se os soldados brasileiros.

legitimavam suas ações repressivas. Ao sabermos das fontes “confidenciais” do regime militar e de sua parcialidade, exige-nos:

Desmistificar a documentação desses regimes naquilo que diz respeito à metodologia repressiva. Raramente um documento demonstrará, de forma explícita, práticas como o sequestro como forma de detenção; a tortura física e psicológica como fonte de informações e punições; mortes e desaparecimentos como políticas de extermínio. Assim, torna-se imprescindível estar atento às sutilezas que estas fontes possuem, e às evidências que trazem subentendidas (BAUER & GERTZ, 2011:190).

Importante frisar que os autores, ao debaterem o uso de fontes sobre a repressão política, afirmam ser comum a utilização dos arquivos policiais, porém aos fatos históricos ainda latentes, estas fontes se tornam mais sensíveis, sendo necessário conhecer os sistemas de informação do regime que criou estes documentos, para assim mensurar a veracidade de suas informações.

Esta estrutura burocrática criada pelo Serviço Nacional de Informação – SNI<sup>29</sup>, órgão criado três meses após o golpe (DREIFUSS, 1981: 45), é fonte de análise quando sabemos que o objetivo declarado é de superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessam à Segurança Nacional, ou seja, perseguir os comunistas a serviço da CIA (DREIFUSS, 1981: 102).

O interesse metodológico nos documentos confidenciais está em entrecruzá-la com evidências oriundas da memória dos trabalhadores rurais sem terra durante a ocupação, possibilitando dar sentido as raízes da luta pela reforma agrária no estado de Santa Catarina, assim como tornar público o caso de violência que envolve a família de Jurema Rodrigues.

Outras fontes de informação, muitas vezes eram as notícias veiculadas nas rádios AM, que os trabalhadores rurais tinham por hábito escutar, sabendo que se houvesse um despejo poucos saberiam a tempo para ajuda-los. Almira Maciel nos dá este relato: “*Eles (a policia) ameaçaram sim, de vim fazer o despejo e tal*”. Ao final, o medo

---

<sup>29</sup>Brasil. Lei n.4341 de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Diário Oficial da União, 15 jun., 1964, p.3.

umentava com a possibilidade ínfima de desapropriação da área. *“Nós temia não ser liberada a área, porque nunca foi liberado esses projeto, não existia. Então, nós tinha medo de ficar aqui em cima e depois ...não ser liberado!”*(Almira Maciel, em entrevista à autora em 9 de maio de 2014)

Entre os narradores desta ocupação aparece com recorrência nas suas histórias o medo repressivo da polícia militar. Mas na tentativa de afirmarem-se enquanto trabalhadores rurais, a conquista da terra era o primeiro passo para ali permanecerem e construírem a experiência coletiva de conquista da terra. Desde os primeiros dias na lona preta, Jurema Rodrigues notava o monitoramento constante da Polícia Militar e os abusos cometidos por eles quando afirmavam que a “terra em disputa não estava à venda”, que havia “prazo para a saída das famílias”, numa ação repressiva com clara intenção de desmobilizar o acampamento dos sem terra.

[...]dali 8 dias eles baixaram de novo. Eu tava numa serra cortando vara pra fazer chiqueiro[...]quando olho lá em cima, amarelado de milico lá na frente da casa do acampamento, e as crianças tinha medo e daí essa comadre minha que mora aqui, ela parecia uma galinha choca, ela corria e as crias tudo em roda dela lá, chorando (Jurema Rodrigues, em entrevista a autora em 9 de maio de 2014)

Narram-se os fatos de violência cotidiana que ocorreram no acampado da fazenda Burro Branco com marca da ditadura civil-militar. Relatos que apresentam similitudes com outros tantos casos de violações de direitos contra trabalhadores rurais que podemos encontrar nas reuniões da Comissão Camponesa da Verdade (CCV) ou nas lutas populares atuais.

Ocupar o latifúndio mexia com a estrutura local de poder, como ocorreu no oeste catarinense, visto não ser algo gratuito, muito pelo contrário, estando vinculado aos interesses territoriais econômicos, de forma que proporcionavam massacre de indígenas e trabalhadores. Portanto, estar acampado, registra na história as contradições da estrutura fundiária, quando se expõem os trabalhadores rurais a eminentes despejos, ameaças de morte, vigilância constante por jagunços dos latifúndios próximos, assim como às diligências extraoficiais da delegacia de Campo Erê. Nestas ações, prisões eram

realizadas e apreensões indiscriminadas de ferramentas de trabalho e alimentos também. *“O meu marido não levaram porque encontraram ele passando numa carroça que ele ia levar lá na floresta, pra buscar milho pra tratar a criação.”* (Jurema Rodrigues, em entrevista a autora em 13 de maio de 2014)

Outro documento do acervo do ACT/SNI-SC é um exemplo daquilo que se encontra no Arquivo Nacional, informe nº 170/1980 – PM2, com o título “Invasão de terras em Campo Erê”. Trata-se de relatório datado de 17 de junho de 1980, indicando que a delegacia de Campo Erê sabia sobre a invasão, indicando que os agricultores que entraram na área estavam sob orientação do INCRA. Também consta que o prefeito do município avisou oficialmente ao delegado sobre a invasão sendo *“estes de diversos lugares e fortemente armados”*. Indica o documento que *“houve tiroteio com vítimas entre os próprios invasores, os quais estão internados no hospital e prisões preventivas de outros”* foram realizadas.

O informe ainda aponta a impotência do delegado para cumprir diligência na área, sendo deslocada a tarefa para o 2º BPM (Batalhão da Polícia Militar). Importante destacar que foi esta 2ª seção do 2º BPM que solicitou este informe e que foram eles os que deram cabo a esta tarefa, apresentando o seguinte relatório: finalidade de proceder junto ao desarmamento geral na área na qual elementos migrantes de diversos municípios e dos estados vizinhos se apoderam, construindo barracos e dividindo a terra sem autorização e além do mais *“causaram mortes, lesões e ameaçam quem pretender entrar na área. Tal desarmamento foi solicitado pelo prefeito com o conhecimento do Exmo. Juiz de Direito que autorizou o evento”*.

Após incursão pela área, consta listado no documento “confidencial” que se encontraram quatro armas de fogo, dezesseis facas e seis facões. Os órgãos de investigação das Forças Armadas, através do SNI chegam à conclusão da presença de 16 barracos com famílias sob ameaça de despejo judicial. Esta era a rotina de trabalho para os trabalhadores rurais durante a ocupação da fazenda Burro Branco, quando suas ferramentas de trabalho e armas de caça eram apreendidas, no período de acampamento, segundo a narradora Jurema Rodrigues, pela ação ostensiva da PM.

Noutro documento guardado no acervo virtual da CPT, aparentemente uma carta datilografada a mando das famílias acampadas, apresenta-se o seguinte relato:

Em 12 dias recebemos a visita da Polícia Militar e nós pedindo se nós tinha que sair, mas disseram que não. Nem mandaram entrar e nem sair, que somente andavam a procura de armas, que foi feito queixas que eram pistoleiros e ladrões [...]Em poucos dias veio o dono da terra até a cidade de Campo Erê entrou com uma ação de despejo e foram citados 10 posseiros e na hora do despejo não acharam nenhum dos 10 citados. Então, a polícia de Campo Erê começou a perseguir o povo que residia na fazenda e o padre Afonso, prometendo de matar o padre e mandar pistoleiros a matar o povo da fazenda para assustar, ver se o povo de retirasse, mas ninguém saiu (Arquivo CPT, pasta SC 0075).

Outro fragmento da carta descreve a repressão e intimidação que as intervenções policiais sobrepunham a quem estivesse de alguma forma infringindo a lei e a ordem da intocada propriedade privada:

Entravam nos barracos e prendiam a quem ali estava e interrogavam homens, mulheres e crianças, diziam palavrões e contavam piadas e besteiras junto às mulheres e crianças e chegaram até o barraco onde estavam as sementes, os alimentos, e começavam a gozar de nós, dizendo que aqui está muito bom, não se precisa trabalhar, o padre traz as coisas que precisa, seus vagabundos. Então, ainda levaram 5 kg de sementes de feijão e comeram o açúcar amarelo. Então, soltaram o povo preso e disseram que em três dias não queriam ver mais ninguém na fazenda e levaram somente um preso e deixaram cinco intimados a comparecer no outro dia para interrogar que dissesse que foi o padre Afonso que trouxe estas sementes e alimentos e que foi o padre que mandou invadir a fazenda (carta dos acampados, p.1, Arquivo CPT, pasta SC 0075).

Identificar o padrão abusivo da PM nesta ocupação significa estar atento a operação “padrão” para esta luta, tanto que, entre os diversos documentos do SNI percorridos, encontramos 25 Termos de Declaração, de depoimentos realizados entre os dias 13e 22 de agosto de 1980, com os trabalhadores rurais lá acampados. Inquéritos Policiais

Militares (IPM's), demonstrando estarem os militares em combate contra seus "inimigos", desde o início da ocupação.

Perseguição aos invasores acirra-se após um mês de ocupação. Além da perseguição de jagunços mandados pelos proprietários, a polícia marca presença ameaçadora, passando pela área, revistando homens e mulheres para reter armas ou amedrontar. O advogado da fazenda fornece à imprensa um documento que teria sido enviado às autoridades alertando para o problema social criado em torno da ocupação e para a possibilidade de um confronto. Exibe uma relação de nomes dos invasores, supostamente acobertados pelo padre de Campo Erê, na qual constam o número de filhos e o tempo de ocupação da área, o qual não chegava a um mês sequer. Acusa elementos vinculados à atuação da igreja de coordenar a invasão. Afirma que o juiz está desenvolvendo articulação de tal forma que se cumpra ordem judicial de seqüestro da área, cuja ação não daria direito à terra nem aos herdeiros nem a terceiros. Pede abertura de inquérito policial para apurar a responsabilidade e com o intuito de os responsáveis - já nem tanto pela ocupação, mas pelo acompanhamento cotidiano junto aos ocupantes poderem ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional.(RUSCHEINSKI, 1996:173)

Era preciso enfrentar o contexto de insegurança, com eminente despejo batendo a sua porta, *uma turma aqui de cima, enchia a mochila e descia pros mato* (Jurema Rodrigues, 2014). Essas informações faziam o povo temer as forças de segurança do Estado, tanto que:

Chegavam lá em casa e botavam susto em nós, diziam vocês corram que amanhã a polícia vai bater e vai pegar todo mundo. Eu não vou correr!!!! Se vocês estão correndo nunca vão conseguir um quadro de terra de vocês! vocês tão só correndo! Assim vai entrar outro no lugar de vocês, e vocês vão perder. [...] E a maioria das pessoas que moram aqui não são daqueles que chegaram aqui primeiro, que vieram por último,

dá pra contar nos dedos quem que tá aqui daquela época. É bem pouca gente, mais é gente que comprou (depois). Aqui tem eu, a comadre Dora, tem o Claudio Werner, Nego Werner, tem o Lídio. No mais foram tudo embora (Jurema Rodrigues, em entrevista a autora em 13 de maio de 2014)

Além da pressão psicológica do despejo eminente, era necessário lidar com as inconstâncias do trabalho produtivo, pois não se podia plantar, e se se plantasse, poderia se perder tudo com a reintegração de posse. Eram inúmeros os limites que a luta impunha para quem queria se enraizar novamente. Entre os causos contados por Jurema Rodrigues envolvendo seu marido, há um em que ela discorre sobre uma situação na qual ele passa ileso pelo aviso da eminente reintegração de posse, em mais uma “visita” da PM quando ele seguia ao encontro de seus companheiros detidos e levados para a delegacia, num ato de solidariedade: *“não levaram ele (marido de dona Jurema), foi a sorte porque aí sobrou ele pra ir correr atrás, pra salvar os outros, que tinha ido até pelado sem camisa porque tavam trabalhando. Tava quente![...] no outro dia, juntou roupa e tudo e foi levar os documento, comida e tudo.”* (Jurema Rodrigues, 2014)

Em um dos documentos do Arquivo Nacional encontrei o nome de seis trabalhadores rurais que responderam a Inquérito Policial Militar, talvez se trate de trabalhadores em mais um dia de lida na roça que sofreram intervenção militar e foram detidos para averiguações. O responsável pelo inquérito apontado nos documentos seria o Segundo Sargento da Polícia Militar da Delegacia de Polícia de Campo Erê, Ilson Vicente de Lima e o escrivão, Nereu José Gomes. Importante frisar os nomes dos responsáveis por empreender o Estado do terror na época, com violência, estruturando as políticas públicas de segurança. Instituições públicas estas que cometiam violações de direitos contra os trabalhadores em favor dos interesses do latifúndio, constituindo parte importante da história da luta pela terra que está presente na memória dos que lá viveram e que apresentaram a dimensão da repressão física e simbólica na luta pela reforma agrária no Brasil.

### **1.3.1. Pela memória de Aquiles Rodrigues**

Muitas são as situações desfavoráveis quando temos no país o segundo maior índice de concentração fundiária do Mundo (GINI, 2014), gerando, ao longo da história do Brasil, um contingente de



população de trabalhadores rurais sem terra. A condição de acampamento sempre implicou a precariedade que as famílias no meio rural viviam. Desta forma improvisada de viver, estes excluídos da história foram denunciando as desigualdades sofridas enquanto não acontecia a reforma agrária no país. Na região oeste catarinense, o conflito pela terra gerou várias vítimas, entre elas 3 jovens trabalhadores rurais, entre 16 e 20 anos, dois anos após a ocupação da fazenda Burro Branco. Ou seja, a área já havia sido desapropriada para fins de reforma agrária, num decreto presidencial assinado por um presidente militar, João Figueiredo, e seguia no processo de instalação do assentamento.

As condições de moradia eram precárias, sem infraestrutura, sem estradas nem luz, porém boa parte das pessoas com o título da terra em mãos incentivava a chegada de novas famílias que também almejavam a terra para trabalhar. E assim, muitos trabalhadores rurais percorreram a região, migrando em busca de emprego e moradia. Porém as incursões em ocupações de terras tornaram-se uma alternativa à saída para a cidade e, nestes espaços, os sujeitos comuns colocaram-se diante da realidade, passando a questionar as estruturas de poder quando percebiam que o território onde caberiam quase três mil hectares de terras, pertenciam a uma única família, enquanto 300 famílias estavam sem um palmo de terra para trabalhar.

Importante frisar que a demanda colocada pela Justiça de Transição e a criação da Comissão Nacional da Verdade fazem nova projeção para a história da ditadura civil-militar em nosso continente, incluindo a ótica dos trabalhadores, a partir das investigações sobre os mortos e desaparecidos políticos no âmbito das instituições públicas,

Mesmo com alcance parcial, o relatório final da CNV coloca para a sociedade o tema novamente. Possivelmente, por resultado de uma transição tardia à democracia e, especificamente, com relação aos trabalhadores rurais, pela presença do aparato civil dos latifundiários e empresas capitalistas, com apoio ou conivência do Estado atuando clandestinamente na execução de diversos crimes, e pelo caráter de impunidade que impera no país com a prática do esquecimento, poucos casos serão alçados a condenações judiciais.

Portanto, é necessário denunciar os crimes da ditadura, de tal maneira que seguiremos com a análise das graves violações de direitos sobre os trabalhadores rurais, especificamente a história de violência empreendida pelas forças de segurança do latifúndio em conluio com a PM de Campo Erê no assassinato dos três jovens, durante uma ocupação, dois anos depois da ocupação da fazenda Burro Branco. Essa

história passa na fazenda lindeira à Burro Branco, pertencente à família Dama.

A principal fonte desta história serão as memórias da trabalhadora rural Jurema Rodrigues, mãe e tia dos jovens assassinados, memórias estas às quais se teve acesso ao longo da entrevista, num espaço importante de escuta onde estão concebidas as histórias por quem as viveu (ALBERTI, :05), já que a postura com relação à história e às configurações sociais e culturais privilegia a recuperação do vivido, em busca da verdade. Estes assassinatos serão apresentados como um caso sem data exata<sup>30</sup>, ainda desconhecido para os livros de história, porém jamais esquecido para os familiares e assentados da região.

Não só ele, os primos também foram atingidos, Aquiles queria caçar passarinho, estava entediado, chovia, decidiu ir até o acampamento que se formava no latifúndio ao lado, dentro da fazenda da Família Dama, onde estavam acampados seus parentes. Neste dia já havia acontecido queimas de barracos e de plantações como sinal de retaliação aos acampados.

Eles desceram lá, queimaram tudo. Os acampamentos lá embaixo os homens correram tudo, as muié tiveram que voar do acampamento e eles botaram fogo, queimaram tudo e daí subiram e mataram os piá ali. No mesmo dia (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Neste local, na fronteira entre a fazenda Burro Branco, a propriedade da família Dama e a divisa com a Cooperativa Alfa<sup>31</sup>, a

---

<sup>30</sup>A referência de tempo para Jurema se baseia na idade da filha: “minha menina que tava ali com três anos, ela veio pra cá com nove meses, dois anos e pouco ela tinha, e hoje ela tá com 33 anos.” (Jurema Rodrigues, em entrevista a autora em 13 de maio de 2014). Em SC há outro caso sem data exata, nos estudos do MST (1985) sobre o trabalhador rural Lucinio de Jesus, do município de Matos Costa. Ele foi morto por jagunços tocaiados no mato da fazenda Cerro Azul. A causa do crime está ligada ao conflito envolvendo a família Colaço e a empresa Madecol. As duas partes reclamavam a posse de uma extensa área de 2.876 ha, ricos em madeira. Documentos atestam que a área pertencia à multinacional South Lumber Corporation (posteriormente, a Hallway da Guerra do Contestado.

<sup>31</sup> Cooperativa Alfa criada em 1974 por Aury Bodanesi a partir da fusão entre as cooperativas existentes em Chapecó e Xaxim e um ano depois a Alfa se torna a maior cooperativa do Brasil. Segundo dados da empresa.

emboscada no acampamento acontece. Não há mais informações sobre as vítimas, a saber, os dois primos de Aquiles, além de que um tinha 20 anos, outro 18, eram irmãos de uma família de cinco filhos, de pais sem terra migrantes que buscavam sobrevivência em Brasília-DF. Os dois irmãos permaneceram em SC e foram logo acampar quando viram que seus parentes haviam conquistado a terra.

Eu tenho um piá que foi matado aqui. Um piá nosso e dois sobrinhos foram baleados. Eles estavam acampados bem aqui na divisa, tinha um travessão né?! Pra lá era uma terra, pra cá era outra, e nós tava na de cá. E daí tavam invadindo a Alfa lá. E o meu piá, no caso, ele foi no acampamento dos primos dele que tavam acampados na da Alfa. Era meio-dia, tava chovendo: “pai, eu vou lá no acampamento dos piá!”. Eles foram lá em casa buscar o almoço, os piá, eu fazia o almoço e eles iam lá buscar e levavam pronto pro acampamento, que era bem aqui na divisa, e nós ainda dissemos: “que tu vai fazer lá piá?”, “ahhh pai tá chovendo, vou lá caçar passarinho”

fazia dias que os piá ouviam barulho, mas eles achavam que fosse outras pessoas que queriam tomar o acampamento deles, daí eles ficaram no acampamento. Daí quando eles puxaram os pratos e foram se servir, eles receberam a carga de chumbo, aonde que nosso piá correu com o prato na mão. Morreu com o prato, com a boca dentro do prato, caiu. Ele tomou um balaço! Ele tomou um balaço no peito daí ele foi olhar pra trás e deu numa carreira pra pode correr, de certo ele foi olhar pra trás pra ver se podia correr né?! Se dava tempo dele escapar, foi onde ele caiu e, os dois sobrinhos escaparam baleados, mas um deles morreu, um se salvou, mas perdeu o fígado, mas depois morreu.

tava chovendo, daí apareceu um dos piá baleado lá em casa, cambaleando, eu disse pro meu marido: “aquele piá tá vindo mal, aconteceu alguma coisa”, daí fomo de encontro dele né?! Daí ele já vinha cambeando, baleado, dizendo: “eu não sei

dos outros tio”, tio porque ele era sobrinho nosso. Daí nós fomos até lá perto do acampamento, mas eu não deixei meu marido entrar no acampamento, eu disse: “de repente os homi tão por ali né?! Vão matar ele! Não deixei ele entrar.” (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

A justificativa para adentrar livremente no acampamento era o argumento da busca e apreensão de armas, fato que inclusive nunca se concretizou, pois não encontraram armas no acampamento no dia do massacre. Dois dias depois do acontecido, a PM estava na casa da Jurema solicitando as armas dos jovens mortos e hospitalizados, numa clara ação de terror psicológico para coagir a família da vítima a permanecer em silêncio. Quando um dos jovens baleados ganhou alta do hospital em Curitiba-PR, a interminável violência laçou a memória de Jurema:

aquela noite eu quase morri do coração, meu sobrinho tinha ganhado alta e tava muito fraco e que tinha que buscar ele em Campo Erê! Daí eu pensei: e agora!?! Vou trazer esse homi aqui pra cá pro acampamento, junto com nós?! Vão vim de noite e vão terminar de matar ele né?! Aquela noite eu não dormi nada! Trouxemo o rapaz pra lá, fraquinho, fraquinho! Botemo ele lá daí eu pensei: eu não vou deixar esse guri aqui, eu sozinha com as criança. Vou pedir pro filho do Marciano Teixeira, que morava lá perto pra levar o piá pra lá! Que daí é um homem que tá pra enfrentar né?! Assim, ajeitamos, botamos ele em cima de um cavalinho e levamos lá. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

E assim seguimos acompanhando a narrativa, segundo as memórias de Jurema o jovem ficou alojado na casa indicada, porém não com o efeito desejado, pois a PM apareceu no outro dia para interrogá-lo. Entorpecido pelo medo, subordinado à pressão psicológica, tortura e tentativa de assassinato, o jovem entrega as armas, vítima de mais uma diligência oficial que sempre garantiu a truculência da polícia nas visitas ao acampamento da fazenda Burro Branco e que agora se repetem nos acampamentos que se formam em volta.

A polícia bate lá na casa do Marciano Teixeira no outro dia pra entrevista o piá! Ai meu Deus! E eu não tava lá!!! E o outro se borrou de medo e entregou a espingarda! O piá entregou! Mas diz a muié (do Marciano Teixeira) que esse guri quase morreu na cama! Ele pulava pra cima! Tremendo de medo da polícia e a polícia arribando pra cima dele pra ele contar das armas né?! Daí ele contou né que tinha uma espingarda, falou a marca e tudo, da espingarda. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Compreender o período da ditadura civil-militar nos remete o olhar para o passado e nos faz analisar os procedimentos que são reproduzidos no período de transição, principalmente no âmbito da justiça. São elementos cotidianos de violência presente na memória dos trabalhadores rurais que estiveram em luta pela reforma agrária ao longo da história do Brasil, tanto no período militar como na atual democracia. E como a ordem estabelecida ainda é a mesma das oligarquias latifundiárias e seus comparsas da indústria, segue-se a narrativa (tão atual) de Jurema, que com voz exaltada diz:

veio um piazote avisá correndo e me avisou que lá na casa de M. Teixeira a polícia tinha chegado e que podia tirar a espingarda pro limpo porque o piá entregou a espingarda, que tu tá mentindo que não tem! (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Ao se envolver com as contradições do passado e a morte do filho, Jurema, em voz mais baixa, já mais tranquila, explica que se viu encurralada mas disposta a ajudar o piá e entregar a arma. Correu para o mato e pegou a espingarda que estava escondida em um saco plástico.

Fui lá busquei, nós tinha uma trilhadeira num galpãozinho assim no mato. Nós tinha feito um chiqueiro pros porco e um galpão pra trilhadeira, coberto com lona. Daí eu fui atrás da trilhadeira e tinha assim um sacão de grapia, daí eu boleei pra dar um tiro, pra descarregar ela, tentei quebrar ela pra tirar o cartucho, não consegui! Então pensei: vou dar um tiro, que descarrega. Dei um tiro que

deu lá naquele cerne, quase nos meus pé, aí eu consegui desmontar ela. Desmontei fiz uns pedaço dela e botei dentro da trilhadeira. Enrolei num plástico e botei lá e fui pra dentro. Não deu outra, olhei eles (polícia) tavam chegando...[...]E aí dona?! A senhora mentiu pra nós! Que os piá não tinham arma.[...] Eles foram lá revirar lá e acharam dentro da trilhadeira. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

As investidas da PM sobre a família da Jurema Rodrigues estraçalham a estrutura familiar que os unia, a identidade com a terra. Portanto, ficar na terra conquistada, carregando o fardo do trauma, da violência, da morte, pode ser resultado de outra dimensão, difícil de definir como afirma Caldart, onde se projeta o sujeito que vai se fortalecendo com a ocupação, o acampamento, a desapropriação e vai enraizando. Raiz que vem da participação real, ativa e natural em prol de interesses, no caso, o de ter a terra para trabalhar e produzir alimentos, que dá sentido ao nosso presente, quando defrontamos com a história destes ocupantes de terra, no período final da ditadura militar, produzindo a coletividade necessária, com a retomada das ocupações no sul do Brasil a partir de 1979 (CALDART, 2000: 64), redimensionando a luta pela reforma agrária, a partir daquele momento.

Eu agarrei um trauma daquele polícia porque ele não saía lá de casa, injuriando minha vida por causa daquilo até que um dia eu disse pra ele: ó chega de vim aqui em casa, você tem que ir atrás de quem matou os piá, não atrás de mim, eu sou a tia dos piá, sou vítima, tem que ir atrás de quem matou não de eu. Eu não tô fazendo nada pra ninguém, não tenho nada pra falar com vocês. Não foram mais me incomodar (sussurrando), mas eu sofri, passei medo. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Tamanha barbárie à qual ficaram expostos os assentados em geral e os integrantes da família Rodrigues se verifica no transcorrer da rememoração de Jurema, quando ela afirma como era indigno o tratamento recebido naqueles dias pelos governantes, pois o senso de justiça que possui lhe fez compreender o quanto estavam expostos a relações desiguais quando foram tratados como se fizessem parte de uma família de criminosos.

O nosso piá foi deixado morto lá no hospital, jogado como lixo enquanto circulavam com os outros baleados de um lado pro outro, de Pato Branco à Curitiba pra ver se morriam de vez. Daí ninguém vinha trazer o morto em casa [...] eles (a polícia militar) davam aquela desculpa assim: não podiam entrar na fazenda porque tava perigoso. Trouxeram o meu filho abaixo de chuva, largaram lá na beira da estrada, num pano enrolado. Daí o Paraguai teve que vir até aqui em casa avisar. E nós pousamos acordado esperando o defunto né?! Quase morremos de medo achando que nós ia morrer tudo, que iam matar tudo de noite né?! De noite né, nós lá num acampamento veio, feito de folha de coqueiro. E quando nós víamos o homem chegando e avisando que os cara não quiseram trazer os piá. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Durante mais uma noite de trevas, a família de trabalhadores rurais passa a esperar a morte de mais um jovem na luta pela terra. Para enterrar Aquiles, sua mãe, ao reavivar sua memória, afirma ter sido necessário enfrentar o medo, presente na comunidade, e encontrar solidariedade, para buscar madeira e construir o caixão.

nois tinha que arrumar uma carroça pra buscar o piá! Fomos atrás de carroça, mas vou te dizer que nem lembro quem foi realmente que buscou o guri. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Inebriada pelos sentimentos de sofrimento e terror, sua memória recorre a busca incessante de poder garantir o enterro do jovem. O esquecimento da história da família Rodrigues engrossa as estatísticas de crimes cometidos pela ditadura contra os trabalhadores rurais. Passado dois dias da morte de Aquiles, conseguem a madeira para fazer o caixão para então fazerem o velório e o posterior enterro, como narra Jurema:

Daí o dia que o piá era pra ser sepultado, aí que fomos velar e daí que foram buscar madeira pra fazer caixão. Mas aonde?! se ninguém tinha

madeira, tudo acampado né?! Nem sei aonde que requisitaram uns pedaço de tábua, talvez lá em São Jorge que deu pra fazer o caixão pra sepultar. Daí ficou dois dias o piá para ser sepultado no cemitério. Onde? Se não tinha cemitério aqui. Daí nós fomos em São Roque e compramos um pedacinho e levamos de carroça pra São Roque pra sepultar. Ele tá lá em São Roque sepultado. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Este crime envolveu várias comunidades do assentamento criado a partir da fazenda Burro Branco. Estas comunidades citadas por Jurema, como São Jorge e São Roque foram criadas a partir das necessidades das famílias que ocuparam a área da fazenda Burro Branco e que passaram a ocupar o território e demandar estrutura para a nova configuração da paisagem. Vale ressaltar que, posteriormente ao ocorrido, foi construído um cemitério na área, onde Aquiles Rodrigues está enterrado e seu falecido esposo também. Lá permanecem até hoje, porém com uma nova configuração da paisagem, pois a hegemonia do latifúndio retomada pouco a pouco com a produção de soja e o controle das terras, expulsou os trabalhadores e desativou o cemitério.

Passados dois ou três dias do sepultamento, Jurema e seu esposo decidem averiguar a desconfiança apresentada pelos sobrinhos de estarem sendo perseguidos no acampamento há algum tempo e, constatam que realmente havia marcas de gente rondando o acampamento, muito provavelmente com a intenção de amedrontar os acampados e não permitir que novas famílias chegassem à ocupação que se formava nas fazendas da família Dama e da empresa Alfa, lindeiras à fazenda Burro Branco.

O sentimento de impotência e indignação se sobrepunha à sensação da recente conquista, vinda com a desapropriação da terra. As dificuldades aumentando, sem acesso a crédito ou moradia, mostrando o quanto a gestão das políticas públicas danosa sobre a vida dos trabalhadores rurais, quando passamos anos no intento de implementar direitos, e o que encontramos na maioria das vezes, são violações, inclusive de ameaças e assassinatos. Em tom de preocupação, Jurema afirmou: “ficaram todos muito assustados né?!”

Sem dormir a alguns dias e morrendo de medo, depois que o piá morreram e meu piá foi sepultado, a gente entrou no mato pra lá do



acampamento, limpo assim, uma canjarana grossa, que dava uns 2 metros de grossura. A gente foi lá olhar e tava tudo pisoteado, que parecia que tinha passado criação de gente tentiando nós lá no acampamento, carteira de cigarro, toco de cigarro, tudo ali. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

É da memória aguçada desta mãe que perdeu seus filhos na luta pela reforma agrária e das narrativas em geral que indicam as graves violações de direitos, que Dom José Gomes afirma, em 1985 no prefácio do livro organizado pelo MST, ser necessário recuperar a memória histórica dos trabalhadores rurais que lutaram durante a ditadura contra a expropriação e a exploração que viviam e que perdura com o arbítrio dos latifundiários e da impunidade.

Isso se faz através da pesquisa histórica, na escuta da experiência da luta empreendida em 1980 na ocupação da fazenda Burro Branco, mediada pelas vozes e memórias dos sujeitos diretamente envolvidos, personagens desta história que anunciam os traumas recentes e ainda latentes desta condição de resistência, dos amplos setores da sociedade que sofreram violações de direitos durante a ditadura ou das poucas famílias pioneiras desta ocupação que lá ainda residem. Pela demanda histórica e pedagógica apresentada pela Comissão Camponesa da Verdade - CCV, a memória de Aquiles Rodrigues será celebrada.



## 2 – MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

### ESTRUME

O que aduba meu pé de poesia é o estrume do boi marcado a fogo que ruma  
 verso contra o opressor  
 É o bagaço da cana moída no engenho de ferro que traz no gosto da rapadura o  
 amargor de vidas também moídas  
 São as toras dos babaquais estendidas ao chão pelo machado da ganância que  
 devasta não apenas florestas derruba Chicos, Josimos, Margaridas...  
 O que fez brotar e alimenta meu pé de poesia é a certeza que esses versos em  
 flor romperão cercas fecundarão roçados e saciarão barrigudas famintas de  
 justiça terra e pão.  
 (Lília Diniz)

No capítulo 2 busco apresentar as concepções teóricas sobre memória e seu caráter histórico quando, mesmo sonegadas, as diversas vozes dos trabalhadores rurais que participaram da ocupação da fazenda Burro Branco emergem e nos levam a melhor compreender os sujeitos e seu contexto de luta, das tensas relações sociais que se estabelecem no campo e geram revolta entorno da luta pela reforma agrária que falsificam a história em favor da dominação dos latifundiários e seus aliados. Dentre as principais contradições históricas encontradas nesta luta, há uma que diz respeito ao seu caráter espontâneo, no sentido político-organizativo, como afirmam Strapazzon (1998), Fernandes (1999), Poli (2008), Carter (2010), e em entrevista José Fritsch (2013), ao sabermos que o período ditatorial impedia a organização dos trabalhadores.

São os impasses de um conflito, onde a participação icônica da CPT de outros apoiadores foi fundamental para politizar o processo de ocupação (POLI, 2008: 89) e tornar esta importante e simbólica conquista viável, denunciando os problemas fundiários existentes na região e na luta pela reforma agrária no oeste catarinense, desde a década de 1980, expondo a subordinação dos trabalhadores rurais ao modo de produção capitalista que os expropria e explora e os instiga a encontrar solução para sua necessidade imediata de possuir a terra para trabalhar.

Da espontaneidade desta luta e das múltiplas determinantes que forjaram a consciência que não estava, mas se tornou presente, durante a mobilização em torno da luta pela reforma agrária no início da década de 1980, para os trabalhadores rurais e para seus apoiadores surge as condições para lutar pela terra, reforma agrária e transformação da

sociedade. Dentro dos limites da democracia, movimentos sociais camponeses foram ( e ainda são) os protagonistas de um novo tipo de organização, com ocupações massivas de terra o carro-chefe na forma de lutar e enfim, construir sua existência enquanto ser social. Em trinta anos de ocupações, envolvendo mais de um milhão de trabalhadores rurais, o MST conseguiu popularizar a reforma agrária no país.

## 2.1. MEMÓRIA E TRABALHADORES RURAIS

Aproximar as memórias dos trabalhadores rurais ao tema da ditadura civil-militar tem nos levado a empreender discussões que merecem atenção. Em primeiro lugar deveríamos nos perguntar: que memória acompanha os trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária em nosso país? Além disso, devíamos nos perguntar: o que é memória para a história social? Podemos afirmar que todo ser humano possui memórias, mas como evidenciamos essas memórias, quais as implicações do estudo histórico acerca dela? O que ela representa efetivamente para a compreensão de um determinado momento histórico ou grupo social?

No caso da presente pesquisa, reforçar o papel político da memória significa fazer precipitar fatos, fazer emergir da questão agrária o fundamental da experiência dos homens, mulheres, jovens e crianças que resistiram no campo à ditadura civil-militar, construindo um novo espaço narrativo, no qual “as condições de sua produção, suas estratégias e ordenamentos discursivos” (MONTENEGRO: 2009) se apresentam enquanto possibilidade de recolocar a história no seu devido lugar, com suas “tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987).

O que eu tinha, ou o que eu era, se valem os sujeitos comuns para contar suas histórias, capazes de refletirem os modos de sentir, pensar e agir como um grupo determinado num permanente movimento dialógico entre a memória e a história, entre o local e o geral. Tencionados pela condição de trabalhadores explorados, tomados pela consciência que as relações de produção, marcada pela modernização conservadora, foram determinantes sociais, econômicas e políticas que nos revelam as circunstâncias históricas, não à toa, onde nasce e se desenvolve o MST.

Maurice Halbwachs foi um dos primeiros estudiosos a entender e trazer a problemática da memória ao debate histórico social. Para o autor, a memória pode ser individual, porém os indivíduos não lembram por si mesmos, necessitando da memória coletiva o suporte que é

construído a partir do quadro social (quadros coletivos da memória), da interação social entre os sujeitos. “*Se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter suporte em um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. [...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva*” (HALBWACHS, 2004:51). Assim compreendemos a dimensão das memórias a partir de suas estruturas sociais, dentro de processos coletivos em determinados grupos, ou classes.

Uma das bases de sustentação da teoria de Halbwachs põe em questão a problemática entre história e memória, embasando suas teses nessas diferenças. A primeira apontada é entre a memória coletiva e a memória histórica, segundo ele:

A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocupam o maior espaço na memória dos homens. Mais lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme necessidades (HALBWACHS, 2004: 80).

Ainda argumentando em favor da memória, Halbwachs nos diz que “a memória coletiva se distingue da história [...], pois é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que está vivo e é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2004: 81).

Ao afirmar que existe distinção entre a história e memória, o autor conclui também que uma não existe sem a outra. Tal visão positivista da história distancia-se muito do que se tem desenvolvido nos últimos anos com o alargamento do campo historiográfico, porém demarca o debate sobre memória coletiva, tema tão caro aos trabalhadores rurais que viveram os deslocamentos forçados. Perdem suas referências, a vida de determinado lugar, quando se esquece a casa de pau a pique, a velha parreira de uvas, a casa de João de Barro, o complexo de plantas para o mal olhado. A estes espaços coletivos de vida, encontrado nas ocupações, fazem emergir espaços de coletividade que podem ser contados por um ou por todos.

As lutas coletivas colocam a memória num lugar que a faz poder ser trabalhada como fonte histórica, o que se distancia do pensamento de Halbwachs (2004), pois para ele ao fazermos isso estaríamos “suicidando a memória” através de sua cristalização a partir do registro historiográfico.

Ele apresenta a história como o lugar da objetividade absoluta, da não-implicação do sujeito histórico, da simples transcrição do que estava

apenas no plano factual. A postura do historiador é então aquela de Sirius, ao abrigo de qualquer julgamento normativo, e afastado do apego memorial (DOSSE, 2003: 281-282).

Todavia, há de se concordar com a relevância teórica de Halbwachs (2004), por iniciar relevante debate no meio intelectual, quando inaugura a dicotomia ‘história e memória’. Há porém os que aproximam os homens de cada história, onde “o vivido que guardamos em nossas lembranças e que circunscreve ou funda o campo da memória se distingue da história. Entretanto, se são distintos, arriscaríamos afirmar que são inseparáveis” (MONTENEGRO, 1994: 17).

Aproximar-se do registro do vivido, levando em consideração o caráter da memória como interpretação da realidade, principalmente na abordagem desta pesquisa embasada na oralidade, desde a visão de reforma agrária, de ocupação, fatos que dão sentido a luta empreendida pelos trabalhadores rurais quando ocupam a fazenda Burro Branco com a intenção de fixarem-se na terra, assim:

Ao invés de nos guiar até uma origem supostamente autêntica, ou nos dar um acesso verificável ao real, a memória, até mesmo, por vir sempre depois, é em si baseada na representação. O passado não está simplesmente ali na memória, mas tem de ser articulado para se transformar em memória (HUYSSSEN, 1996: 14).

A emergência dos estudos acerca da memória tem um significado que Huyssen chama de “cultura da memória”. O autor procura problematizar a disseminação da memória pela indústria cultural ocidental na sociedade de consumo. Segundo ele a memória esta cada vez mais acessível a todos, causando certo antagonismo que reside no fato dessa disseminação da “cultura da memória” causar um desinteresse no passado, e conseqüentemente um aumento do esquecimento, porém ao mesmo tempo o medo desse esquecimento nos leva à busca excessiva pela preservação da memória em um presente onde tudo é comercializado.

o crescimento explosivo da memória é história, como não resta dúvida de que será, terá alguém realmente lembrando de alguma coisa? Se todo o passado pode acabar, não estamos apenas criando nossas próprias ilusões de passado, na medida em que somos marcados por um presente que se encolhe cada vez mais – o presente da reciclagem a curto prazo, para o lucro, o presente para a produção na hora e dos paliativos para a nossa

sensação de ameaça e insegurança (HUYSSSEN, 2000: 24-25).

O que buscamos aqui é a relação da memória com os grupos sociais, a memória coletiva, embora a subjetividade não seja descartada em análises como esta, o foco deste estudo baseia-se na inter-relação entre o substantivo e o coletivo, o particular e o geral nos elementos comuns presentes ou não, expressos através da oralidade dos sujeitos como mais um elemento para a análise dos acontecidos no início da década de 1980.

Marilena Chauí em sua apresentação à obra “Memória e Sociedade: Lembrança de velhos” de Ecléa Bosi, faz uma importante colocação no sentido de compreendermos os lugares de memória dentro da sociedade do consumo.

Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. A memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva, como a vizinhança (versus mobilidade), a família larga, extensa (versus ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (versus objeto de consumo). Eis aí alguns arrimos em que a memória se apoiava. (CHAUI, *in* BOSI, 1994, p 19)

A partir destas visões podemos desenvolver a ideia de que os lugares de memória não estão situados apenas no espaço físico, os lugares de memória situam-se também nas representações de cada indivíduo em um grupo social, o que inclusive está em permanente disputa. Aí está a justificativa em buscá-las na oralidade, nas próprias identificações que os indivíduos estabelecem de si com o coletivo num espaço de constante construção e desconstrução do imaginário, das representações, dos valores que constituem esse ou aquele grupo social. Essa ideia fica expressa no artigo de Susana Gastal, a autora afirma o seguinte:

Lugar de memória pode indicar o casarão colonial junto à praça, que foi transformado em museu municipal. Mas também pode denominar o armazém colonial, na curva da estrada, onde o viajante para tomar um cafezinho. [...] Os locais inventariados como lugar de memórias não se

restringem mais ao centro cultural, ao mercado público ou ao prédio da Prefeitura (...) (GASTAL, 2002: 77)

Quando foi criada a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), uma das questões norteadoras dos trabalhos referiu-se à memória dos trabalhadores rurais, reconhecendo-se ser esta história fundamental para quebrar com a invisibilidade produzida sobre esses sujeitos que resistiram às violações cometidas pelo Estado, assim como para fortalecer a inserção dos trabalhadores rurais nos debates públicos sobre a ditadura civil-militar e de sua história neste período. Desdobrou-se deste fato a necessidade de criar uma rede de pesquisadores<sup>32</sup>, com objetivo inicial de incidir diretamente nas atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), sobre o Relatório Final do “Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos relacionados à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas, no período compreendido entre 1946-1988”<sup>33</sup>.

Portanto, estabelecer o protagonismo histórico dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária e pelo fim da ditadura militar, através de um processo político e social que dê visibilidade, tanto no que se refere a sua luta e resistência, quanto aos processos de reparação em curso pelo Estado brasileiro, faz-se necessário. Esta demanda apresenta-se maior quando observamos o contingente populacional vivendo no campo naquele período: dos 70 milhões de habitantes em 1980, 30 milhões (WELCH, 2014: 58) são deslocados forçadamente para a cidade. Isto significa que a reforma agrária não se realizava e o capital entrava velozmente neste período no campo, levando quase metade de sua população a sair do campo e compor as periferias das grandes cidades.

Por isso, privilegiar a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas e que compartilham visões de mundo (ALBERTI: 2005,18), fomenta o debate necessário atualmente, previsto pela Justiça de Transição, na busca por reparação histórica dos sujeitos explorados e expropriados de suas terras, do seu trabalho e da sua história. Por isso, exploramos as

---

<sup>32</sup> Rede criada com mais de 30 pesquisadores, entre historiadores, sociólogos, advogados e organizações sociais do campo para construção de relatório, com as diversas pesquisas realizadas sobre trabalhadores rurais mortos e desaparecidos, durante a ditadura, para a Comissão Camponesa da Verdade.

<sup>33</sup> Resolução n.02 de 2012 da Comissão Nacional da Verdade, atentos aos conflitos existentes no campo.



memórias sonegadas, utilizando a tradição oral dos trabalhadores rurais para uma possível abordagem do período com a visão destes sobre sua história, sentida no presente, ao rememorar.

Para Walter Benjamin (1981) a história constrói os enredos sociais aos quais estamos imbricados e, mais do que isso, possibilita relatar as relações sociais e seus conflitos, entre as classes e seus conflitos. Como a história é algo sistematizado pelos homens, a partir de sua relação com o meio e de sua memória, acredito estar construindo a partir das rememorações dos trabalhadores rurais uma visão de mundo a contrapelo da história oficial, dos conflitos vivenciados durante o período de regime militar, por estes trabalhadores, na luta pela reforma agrária.

## 2.2. EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

Ao demarcar a análise no processo de expropriação dos trabalhadores rurais nos anos finais da ditadura civil-militar, nos remetemos às informações organizadas por Martins (1982), ao qual aproximei os estudos elaboradas por Melo (2012), esta que apresenta em suas pesquisas, o conflito agrário na fronteira oeste catarinense, afirmando existir deste o início da República (1889) fraudes e grilagens de terras (MELO: 2005, 30). Como a expropriação de terras era prática das empresas colonizadoras e dos latifundiários, desde a promulgação da Lei de Terras até privatização da mesma. Além da expropriação, muitos trabalhadores rurais passam a ser explorados, alterando a forma de produzir, mudando a natureza do trabalho e suas relações, a qualidade e diversidade dos produtos e, sobretudo, a produtividade (MEDEIROS, 1989). Estes são temas pertinentes para compreendermos o contexto em que ocorre a ocupação e a desapropriação da fazenda Burro Branco.

Vale lembrar que esta é uma região guaranítica, caminho por onde passa a Coluna Prestes, em 1926, de intenso conflito entre fronteiras e entre trabalhadores, estes últimos vivendo sem condições mínimas de dignidade, vivenciando permanentes conflitos dentro da própria classe subalterna em busca de sobrevivência. História que passa ainda por litígios e fraudes desde o período colonial entre Paraná e Santa Catarina pelos tributos das atividades econômicas que se desenvolviam na região, levando muitas empresas colonizadoras, através do uso da força, a contratarem caçadores de índios ou *bugreiros*, como eram chamados os *matadores de índios*, normalmente posseiros, para fazer a expropriação das terras indígenas.

Um destes personagens na história de Santa Catarina, chama-se Ireneo Pinheiro, *bugreiro* por profissão, que cita em sua fala as andanças na caçada aos índios, afirmando que para aqueles que dormiam na boca de uma gruta “*uma coivara com bastante taquara não estourava tanto quanto ali*” (SANTOS, 1999: 15)<sup>34</sup>. Apresentam-se as nuances de uma luta desigual apoiada na violência em prol do controle e uso da terra que acarretaram na história de diversos levantes na região. A história hegemônica atribui caráter espontaneísta às lutas de resistência no campo, porém, ao analisarmos as causas destes levantes, como no Contestado (1912), encontramos nos trabalhadores rurais diante das expulsões de terras, uma configuração que empreende novas formas de luta.

THOMPSON (2002), ao analisar alguns fatores para a formação dos *ocupantes* ingleses do século XIX quando estes viviam as consequências dos cercamento dos campos, e a revolução industrial, iniciadas no século anterior, indica que para os trabalhadores, este fato era um verdadeiro roubo de classe “*cometido de acordo com as regulamentações sobre a propriedade baixadas por um Parlamento de proprietários e advogados*” (THOMPSON, 2002: 45).

Ao delimitarmos os pilares da constituição histórica e da configuração da questão agrária brasileira, nos deparamos com o genocídio indígena e o escravismo colonial baseados na exploração do trabalho e da natureza através da *plantation*. Traçando paralelos do avanço do capital no campo no Brasil com esse processo de acumulação primitiva – e entendendo-o como parte deste processo – observamos as diferentes formas e mecanismos que a burguesia tomou para continuar mantendo-se no poder, e o controle sobre os meios com as quais seus poderes se mantiveram garantidos, como o controle territorial.

Sendo a Lei de Terras um destes instrumentos jurídicos - que surge no auge do movimento abolicionista e das revoltas de escravos no Brasil e acontece concomitantemente com o processo de falência econômica do escravismo e do próprio império português - tornar cativa a terra e a mão-de-obra antes escravizada em livre, tem justificativa pois transformou o trabalhador negro (impossibilitado de realizar suas necessidades no campo, pois estava descapitalizado) em migrante para as cidades, como indica esta nova ordem do capital que estabelece o uso da terra a quem pagar por ela.

---

<sup>34</sup> Santos, Silvio Coelho dos. Depoimento de Ireneo Pinheiro publicado em “História de Profissões em Santa Catarina: ondas largas civilizatórias” de Bernardete W. Aued: Florianópolis, Ed. do Autor, 1999.

Substituindo indígenas massacrados e negros expulsos para as cidades, a leva de imigrantes europeus que chegam especificamente para a região sul do país, intensificam a produção de alimentos, alimentos estes que se destinam para a cidade em um sistema com as *“lavouras já completamente integradas ao mercado”* (Stédile: 2005: 296). E para atender às demandas do mercado, os imigrantes poderiam pagar, por lotes *“entre 25 a 75 hectares, que lhes eram vendidos, de acordo com a Lei de Terras, pelos governos estaduais, ou por empresas colonizadoras agenciadoras do governo”* (Stédile: 2005: 296). O que ocorre mais rapidamente na região oeste catarinense com a criação do município de Chapecó, em 1917, para colonizar os vazios demográficos da região.

Durante a ditadura civil-militar, o que se verificava era a anúnciação de uma reforma agrária incompleta quando as políticas de colonização se realizavam em vazios demográficos, com a intenção de mediar conflitos. Portanto, expulsões massivas de trabalhadores rurais continuavam acontecendo para atender *“uma política sub-reptícia de destruição progressiva das oportunidades de regeneração e de reprodução ampliada da pequena agricultura”* (MARTINS, 1984:38), garantindo que trabalhadores expropriados estivessem prontos para serem explorados.

Ao longo da história do Brasil, os antagonismos sociais foram ficando evidentes quando diversos trabalhadores rurais, diante da violência empreendida contra sua cultura, seu modo de vida e de reprodução, decidem resistir às múltiplas contradições que lhes dá a condição de expropriado, como expõe Marx:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela

domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência direta, contínua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada (MARX, 2013 P. 809).

Enfrentar a realidade posta, como fizeram os trabalhadores rurais em Canudos e Contestado, assim como na ocupação da fazenda Burro Branco na história recente do país, revela que as lutas de resistência frente às mudanças do modelo produtivo imposto no campo pelo capital sobre os trabalhadores sempre ocorreram e quando atingidos pelo uso da força e da coerção de forma generalizada, muitos trabalhadores rurais passam a se unir pela própria condição de subordinação imposta pelo capital.

Desde logo, é sério engano propor exploração e não a expropriação como eixo principal da questão política no campo, como seria grave erro político colocar a expropriação e não a exploração como eixo da questão política na cidade (MARTINS, 1982: 20).

Garantir a autonomia do trabalhador rural no campo emerge da necessidade de continuar controlando seus meios de produção e sua reprodução social para que não seja posteriormente explorado no campo ou na cidade. O contrário passa a acontecer e sua condição de classe vai sendo alterada pelo movimento de concentração de terras, e quando a terra passa a faltar para o trabalhador rural, os interesses da classe dominante passam a ser questionados, gerando contradições.

Quando difundiram a informação da suspeita de contaminação generalizado dos suínos na região, legitimando a ação do exército em fuzilar milhares de animais, com direito a valas abertas por retroscavadeiras para incineração. nesta cena - já citada no capítulo 1 – elucidada as violações cometidas contra os trabalhadores rurais, pois como bem afirma Fritsch (2013) em sua entrevista, deixaram “os cara na lona”, sem nada, excluindo-os da possibilidade de se contraporem à imposição da matança mediante uma análise mais rigorosa sobre a presença desta doença na região. Como havia inflação, com altas e baixas no preço do porco, empréstimos por saldar nos bancos levaram os trabalhadores a perderem suas terras, com propriedades sendo leiloadas (POLI, 2008: 65).

Dilema inexorável da história recente de nosso país, numa das mais dolorosas transformações do sistema produtivo implantada pelo projeto da revolução verde, que realizava seus projetos de colonização e reforma agrária através de uma autarquia – INCRA – com formação técnica e pesquisa nestas áreas voltadas à busca de resultados dos acordos entre MEC-USAID do período militar (MACHADO & MACHADO FILHO, 2014) com claro objetivo de explorar e expropriar os trabalhadores rurais.

Demonstrando a importância para o processo de modernização da agricultura brasileira, a contribuição do regime militar ao criar as condições necessárias para a pesquisa e extensão foi crucial para impulsionar o processo de modernização já que deu condições financeiras para viabilizar este processo. Por exemplo, foi criada, em 1971, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que desenvolveu pesquisas para a adaptação de variedades às condições climáticas e de cada sol para a produção da soja. Foi criada também, na mesma década, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) para disseminar, através de técnicos agrícolas, tais variedades de sementes e outras informações entre os agricultores.

A introdução e o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro não apenas produziu os sem terra que foram à ocupação da fazenda Burro Branco, como colocou a luta pela terra na região dentro de um contexto maior da luta pela reforma agrária historicamente negada a milhares de trabalhadores da terra expostos aos interesses do Estado militar, latifundiários e multinacionais. No transcorrer de 35 anos da ocupação da Fazenda Burro Branco, a permanente expulsão dos trabalhadores rurais do campo é bem expressa quando se constata que temos apenas 10 famílias pioneiras, das 322 que ocuparam o latifúndio, ainda resistindo sobre a terra conquistada.

Miremos o desfecho da história de luta da família de Jurema Rodrigues, que além de conviverem com a impunidade do assassinato do filho e sobrinhos, assiste ao reordenamento das pequenas propriedades (que possuem titulação) ao voltarem para o controle do latifúndio. A falta de condições da terra titulada no fundão da terra dobrada, sem estrada e infraestrutura, levou Jurema e os filhos menores a se realocarem em meio hectare na comunidade 12 de Novembro, que por falta de investimento não possibilita tirar dali o alimento diário. Do lote do qual ela se retira por falta de estradas e eletricidade, a história lhe surpreende com o agenciamento de “terceiros” em favor da família de Francisco Dama, família de latifundiários vizinhos à fazenda Burro

Branco, envolvidos em diversos conflitos com os acampados, que fizeram a terra voltar a ser cativa do latifúndio.

E daí, através de mentira de novo, os Dama compraram as minhas terras! Botaram “laranja” pra comprar a minha terra, depois de tudo, fiquei sabendo que foi o Chico Dama que compro. Eu disse: meu Deus do céu, se descubro que era ele nunca tinha vendido (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 13 de maio de 2014)

Neste sentido, a terra antes expropriada do trabalhador rural volta ao seu domínio, porém subordinada aos interesses do capital. Para aqueles filhos de pequenos agricultores, desprovidos de terra e sendo explorados nas grandes lavouras, nas safras, como meeiros, também há terra para serem explorados. Enfim, expropriação e exploração dos trabalhadores rurais levam a ocupação a continuar a ocorrer após a regularização fundiária da fazenda Burro Branco, demonstrando que a permanência dos assentados está atrelada à lógica do endividamento, da produção para o mercado, viabilizando de forma parcial a sobrevivência destes trabalhadores rurais.

Esse sucedâneo de inviabilidades projetadas pelas contradições geradas desde a regularização fundiária, implicam a violência das expulsões forçadas, das mudanças estruturais impostas pela modernização da agricultura, causam rupturas nas relações sociais, e consequente desintegração da base material e cultural das populações do campo.

Agudizações provocadas no seio do regime militar em conluio com latifundiários e empresas capitalistas, sobre os trabalhadores. Acirrada experiência que os cerca de mil trabalhadores rurais ocupantes da fazenda Burro Branco sentiram durante os seis meses em acampamento de barracos improvisados de lona preta ou de palha, reivindicando a desapropriação. Vale ressaltar que as ocupações não mais cessariam, passaram a crescer, abrangendo todo o Brasil em poucos anos, numa retomada da luta pela reforma agrária, com o surgimento de movimentos sociais camponeses como o MST. Neste sentido, o que parecia um acontecimento involuntário e pontual, a entrada de cinco famílias de forma espontânea numa área, rapidamente se multiplica e expressa o enfrentamento dos trabalhadores rurais diante das mudanças estruturais que se avizinhavam das formas de produzir o alimento e praticar a agricultura.

### 2.3. O CARÁTER NADA ESPONTÂNEO DA OCUPAÇÃO DA FAZENDA BURRO BRANCO

Tratam-se de histórias desconhecidas ou sonegadas para a maioria da população brasileira de homens, mulheres, crianças e idosos que sofreram cotidianamente os problemas de concentração fundiária, expropriação e grilagem, atribuindo ao movimento de migrações e ocupações de terra com caráter nada espontâneo, ou seja, estas lutas de resistência seriam consequência da exploração do capital sobre os trabalhadores. O que ocorria com a ocupação da fazenda Burro Branco recolocava o tema da reforma agrária na sociedade catarinense, no país e internacionalmente.

Parte de um contexto maior de mobilização contra a ditadura a favor da democracia, fatos como este demonstram o estágio da luta no campo brasileiro. São inúmeras realizações envolvendo índios e trabalhadores rurais em suas lutas econômicas e políticas. (IANNI, 1984: 156). Acirramentos que perpassaram o período militar (1964-1985) com processo de lutas sociais no sudoeste catarinense e no sul do Pará, inclusive depois de vencida a guerrilha do Araguaia (1975), assim como ocorreu em Trombas e Formoso em Goiás, com as Ligas Camponesas, exterminadas no início da ditadura. Trabalhadores rurais explorados que estiveram em luta constante por sindicalização, melhores salários, transporte adequado, garantias trabalhistas, principalmente entre os boias-frias da cana do nordeste e de São Paulo, empenhados cada vez mais nestas reivindicações (IANNI, 1984:156).

O ano de 1978 para a região sul do país é uma data emblemática. Em Nonoai, norte gaúcho, índios Kaingang resolvem expulsar os trabalhadores rurais sem terra que vinham sistematicamente invadindo suas terras. Novamente é colocado o tema da reforma agrária em movimento. INCRA e FUNAI entram em cena para mediar o conflito, fazer negócios com venda das terras, usando empresas colonizadoras para escamotear a questão, atuando na contra mão da reforma agrária (IANNI, 1984: 156) e fazendo com que diversas famílias de trabalhadores rurais sem terra do sul do país fossem para a região Amazônica.

Múltiplas determinações expropriaram e exploraram trabalhadores rurais e indígenas de suas terras, sua cultura, seu modo de vida. Frente a isso, ocupar a terra improdutiva para conquistá-la aparece como alternativa. Assim, muitos agricultores decidem permanecer na terra e a empreender a luta por sua defesa e permanência, numa ofensiva à ditadura militar, e seu projeto de desenvolvimento, pois de fundo,

estavam enfrentando a subordinação destes para os grandes empreendimentos econômicos de comercialização, ou de produção e comercialização (IANNI, 1984: 152).

Quer dizer, se estão amplamente articuladas as formas de organizar a produção e explorar o trabalho e os recursos naturais, com acelerada atuação do Estado, também estão se recriando as forças sociais contra hegemônicas para enfrentar o capital no campo, com as ocupações de terra e o acampamento de trabalhadores rurais, como fizeram os ocupantes da fazenda Burro Branco (1980). Reafirmando ser de aparência espontânea, como anunciam, esta luta é na verdade reação à repressão e exploração do latifúndio, dos empresários e do Estado sobre os trabalhadores rurais.

Levantes ocorridos no Brasil desde o início da República (1889) têm registros que atribuem à luta dos trabalhadores rurais o caráter messiânico, o que rebaixava a essência do conflito, no caso, o controle das terras no país pelos latifundiários, contrariando os trabalhadores. Na atualidade, o tratamento recebido vem sendo revisado, como ocorre na historiografia sobre a Guerra do Contestado em SC, quando completa cem anos de luta.

Com apoio e orientação encontrados na CPT, faz-se de cada demanda apresentada pelos ocupantes, um momento de formação. Conforme afirma Almira Maciel em entrevista a mim concedida:

Tinha reunião sim, elas eram organizadas. Por qualquer coisinha estávamos reunidos. Tinha esse barracão, onde se organizavam as reuniões. O barracão da escola era a comunidade, ponto de encontro, onde nos rezava o culto também. Tudo era lá. (Almira Maciel, em entrevista à autora, 9 maio de 2014)

Diante da força bruta permitida pelos governantes no campo, Dom José Gomes, dirigente da CPT em Chapecó, das possibilidades geradas pelas regularizações fundiárias que o INCRA efetuava nos municípios próximos organizava os trabalhadores para seguirem com suas reivindicações. Estes acontecimentos, quando começam a ser interligados com galpão para as crianças estudarem ou local onde eventualmente passam a se reunir, leva de alguma forma um coletivo a pensar sobre a ocupação iniciada de maneira impulsiva, espontânea.

No caso da ocupação da fazenda Burro Branco, repetidas vezes o caráter da espontaneidade a ela atribuída deturpou as contradições que



motivaram as famílias a deflagrarem a ocupação. Fica evidente que as motivações daquelas famílias ao procurarem uma forma mínima de se organizar e reivindicar o direito ao trabalho estavam calcadas na necessidade de sobreviver, fato nada espontâneo.

A memória dos trabalhadores rurais na luta pela terra contribui, neste sentido, para construir a partir desta perspectiva a forma como a reforma agrária pode ser debatida na história do estado de Santa Catarina. História que indica ter sido a ocupação da fazenda Burro Branco, em diversos registros historiográficos e nas entrevistas, o impulso para o início do MST em Santa Catarina.

A mediação da Igreja e de outros apoiadores, sua articulação entorno da problemática concentração da terra e com a luta pela reforma agrária, formava espaços que possibilitaram a politização do conflito. Ao entrevistar José Fritsch (2013), uma das principais lideranças jovens da Pastoral da Juventude Rural – PJR, constata-se que aqueles ligados à igreja católica na região na época da ocupação, realizavam a tarefa de articular os acampados em torno da luta pela reforma agrária. Ele relata que a referida ocupação fora “*na verdade uma ocupação espontânea dá pra se dizer, por conta desses camponeses que não quiseram ir pra cidade*”. (José Fritsch, em entrevista à autora em 12 de dezembro de 2013).

Foi o caráter de resistência à mudança estrutural da sociedade que arrastava o povo do campo para o trabalho na cidade, Fritsch afirma que eles não queriam ir para a cidade, estavam ali colocadas forças de resistência que podem ter contribuído para acontecer fatos como este, a ocupação da terra. Questão necessária de ser aprofundada é entender o dito e questionar as verdades estabelecidas, perguntamo-nos se é espontânea a ação da igreja católica neste período em todo o Brasil e na América Latina? São espontâneos os movimentos das massas neste período de efervescência em todo o Brasil? Que dizer do sindicalismo neste período?

Talvez a chave para tal análise resida justamente em entender as motivações que levaram centenas de famílias a ocupar a fazenda Burro Branco. Elementos comuns como: numerosas famílias morando em unidades produtivas inferiores à necessária para se reproduzirem, a dificuldade de acesso a crédito para investimentos básicos de infra estrutura, e módulos rurais inviáveis para a produção, por dificuldade em acessar recursos naturais como água, por exemplo, causando baixa produção, miséria e fome como consequência, são informações apontadas pela maioria dos entrevistados.

Meu pai tinha 9 hectares e seis filhos (...) nós não tinha fartura, vivia na miséria (Claudio Mirow Werner, 2014, em entrevista à autora na data de 10 de maio de 2014).

Observa-se que a realidade objetiva destas famílias foi determinante para criar condições de sobrevivência através de um ato transgressor, como é a ocupação<sup>35</sup> de uma propriedade privada. Ação direta à estrutura de poder político, ideológico e econômico organizado para subordinar o trabalhador, sugar sua vida, extenuar os recursos naturais. Isto não tem nada de espontâneo, é justamente o seu contrário, é a consequência, a contradição apontada por Marx que move a luta de classes e a história.

Sujeitos simples, envolvidos no cotidiano árduo de trabalho, muitas vezes distantes da realidade política nacional, agiam diretamente contra a ditadura civil-militar e o projeto da revolução verde, contestavam amplamente a propriedade privada e o modelo de morte que estava por surgir na sequência do agronegócio no Brasil, a partir da década de 1990.

João Pedro Stédile afirma que no acampamento da Encruzilhada Natalino (dez/1980), pessoas do Brasil inteiro vieram não somente para dar solidariedade aos sem terra, mas para protestar contra a ditadura (CALDART, 2000: 64), aproximando o tema da reforma agrária com a ditadura civil-militar. Como esta ocupação acontece seis meses depois da ocorrida na fazenda Burro Branco, em uma atitude de solidariedade faziam-se chegar, das primeiras colheitas improvisadas de pequenas roças, um caminhão de alimentos em Encruzilhada Natalino. A experiência emblemática de luta organizada mediada pela CPT favoreceu um salto na formação da consciência, encontrada na prática organizativa do trabalho para o assentado, no intercâmbio, na solidariedade de classe, na forma de organizar acampamentos.

Busca-se pela compreensão da realidade em que a concentração fundiária pode ser apontada como um dos maiores problemas agrários a ser resolvido para aqueles que têm por objetivo produzir para subsistência, assim como para os que lutam por reforma agrária e outro modelo de sociedade. Neste período, aliada à luta agrária, estava o fim da ditadura, conexões conjunturais que unificaram pautas políticas. Esta mudança na concepção do uso da terra fez com que os trabalhadores

---

<sup>35</sup> Ocupação é legítima porque tem em vista a defesa da vida, dos instrumentos para conseguir a sobrevivência, porque é praticada por gente marginalizada pela sociedade, e se realiza em propriedades de quem as usa mal e não necessita delas para viver. (Stédile & Gorgen, 1993: 59)

rurais expropriados de terra e de trabalho, para torná-la cara mercadoria, corresse “(...) *para todo lado. Pobre caçando destino, andando sempre caçando melhora*” (IANNI, 1984: 179), no intento de continuar reproduzindo sua identidade de trabalhador rural.

Identidade que dá consciência e coloca os trabalhadores rurais em movimento diante do impasse de ocupar ou não o latifúndio improdutivo, quando estes trabalhadores estão desterritorializados e quando o desenvolvimento das forças produtivas se altera, levando-os à consequência direta da expropriação.

Por desterritorialização podemos entender os efeitos de extermínio, de expropriação, de deslocamento forçado e ruptura das relações sócio-históricas, que destroem a integridade da relação entre a base material e cultural das populações sobre as quais se aplicam. Como exemplo, temos os efeitos das políticas coloniais da fase de acumulação primitiva do sistema do capital, quando, em diversos países, os camponeses europeus foram expulsos de suas terras para permitir a reorganização produtiva que deu origem ao modo de produção capitalista; ou o avanço contemporâneo do neocolonialismo capitalista sobre as terras dos povos tradicionais no campo (na diversidade de situações indígenas, quilombolas e camponesas), causando a perda do acesso aos meios de produção, e a perda das referências culturais e do modo de vida (SÁ, 2010).

Este impasse entre a concentração da terra e a perda de território, institui esta ação nada espontânea de ocupar a terra, particularidade destes trabalhadores para garantir sua alimentação, sua moradia, sua dignidade, porém relativo, visto ser a ocupação de terras prática dos trabalhadores rurais em outros períodos para resistir na terra. Portanto, há necessidade de se estabelecer em novo espaço na tentativa de permitir a reprodução do seu modo de vida e de sua identidade cultural, mas principalmente pela subsistência familiar, de acordo com as formas coletivas que se estabelecem neste novo espaço, contrariando uma suposta tradição de passividade e anomia do povo brasileiro, ao conseguirem se organizar, ter força política e desafiar os poderes constituídos. (SÁ, 2010)

Era como antever um resultado anunciado por Gorender (1987: 54) sobre o “entrelaçamento entre o grande capital e a grande propriedade da terra”, o qual apoiado por políticas do governo militar projetaram para a década de 1980 sujeitos sociais que nos ensinarão a confrontar a versão fraudulenta da nossa história, buscando na essência das lutas sociais as motivações para impedir um novo golpe civil-militar.

É preciso interpretar a realidade com rigor científico que nos ajude a compreender os fenômenos sociais da desigualdade para melhor apontar seus desdobramentos, assim demarcando que o nível de espoliação sentida pelos trabalhadores rurais na região de Campo Erê fazendo emergir nova luta por conta destas condições. No início buscam sanar as necessidades mais imediatas e, posterior a conscientização de que eram sujeitos de direitos, em período que vivíamos a supressão de direitos, aproximando temas pertinentes de serem aproximados, como fazemos com a reforma agrária e o período de exceção de direitos da ditadura civil-militar (1964-1985).

Ao se perceberem sujeitos de direito, os ocupantes da fazenda Burro Branco identificam-se de imediato com a concepção de justiça<sup>36</sup>, de ter acesso a terra aquele que a necessita, ainda mas que estava prevista em lei (Estatuto da Terra) e poderia ser acionada. Um elemento fundamental observado é consenso em praticamente todas as pesquisas sobre o tema no período: o apoio da CPT e de Dom José Gomes (na época o coordenador da CPT Nacional, localizado em Chapecó, no oeste de SC), embora tenha sido fundamental também a autonomia dos sem terra diante do apoio político dos padres, assim como de advogados. Foram estes apoiadores que contribuíram na organização social dos trabalhadores rurais, na articulação com a sociedade, na solicitação de audiência com o governador, na luta pelo decreto de desapropriação assinado pelo presidente Figueiredo.

Além de ser um quadro político da igreja, Dom José fazia a formação dos trabalhadores e dizia da necessidade de organizarem algo preciso, para ir além das lutas econômicas, senão não se elevam a consciência e tampouco derrotam as forças contrárias (BOGO, 2008: 203). Neste sentido, encontramos numa conversa entre Lenin e Rosa Luxemburgo, a discussão deste problema, onde Luxemburgo põe em cheque o debate econômico apenas para avanço da luta de massas, para tratar de formar as consciências. Portanto, acreditando na fusão entre pauta política e econômica varrendo do mapa a independência entre os grupos, massificavam-se as mobilizações revolucionárias.

Luta de classes, que avança e irrompe ao mesmo tempo a força de seguir, prenhe de superação para avançar no domínio das forças que se confrontam. Estas múltiplas determinações, contraditórias e perceptíveis, necessitam da organização dos trabalhadores. Avançam,

---

<sup>36</sup> Em pesquisa feita pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 1985 e 2011 apenas 8% dos casos de assassinatos ocorridos em conflitos agrários foram julgados.

portanto, um passo adiante, ao projetar uma organização social que estabeleça sentido às mobilizações e atos de solidariedade, cooperação no trabalho de consciência de classe de quem explora e de quem é explorado.

Relevante ser narrado um caso que elucida o caráter mobilizador da terra e da reforma agrária na sociedade. Logo que a CPT e o padre Afonso passam a participar da mobilização dos ocupantes da fazenda Burro Branco, decidem mobilizar apoio mútuo entre a comunidade de Campo Erê, e os trabalhadores de mundo afora, desta articulação com entidades internacionais, um cidadão norte-americano, religioso, decide fazer um recorrido de arrecadações em solidariedade aos pobres acampados e consegue um projeto junto à *Ford Foundation* para comprar tratores e maquinários agrícolas para as famílias. José Fritsch acompanha o desfecho *in loco* e conta-me:

(...) logo que saiu a desapropriação, veio não sei lá quem do estrangeiro e queria conhecer por causa que viu na notícia e tal e resolveu sair com Dom José, nós levamos ele lá na Fazenda Burro Branco conversando com as pessoas e alguém traduzia um pouco pra ele. Era uma pessoa dos EUA ligado à igreja. Na volta foi falar com Dom José Gomes, para dizer que conseguiria donativos, sabe o que o cara me arrumou? Arrumou um dinheiro da *Ford Foundation* pra diocese, pra fazenda Burro Branco e o que ele colocou para a *Ford Foundation* que era pra comprar dois, três tratores, caminhão. Mas lá era uma pirambeira, nem pra arar de trator não dava. Aí Dom José recebeu aquele dinheiro e, fomos lá, eu e o padre Afonso pra lá discutir. Imagina a *Ford Foundation* patrocinar algo (ocupação) lá (no latifúndio) na época (da ocupação, em plena ditadura) Aí nós fomos lá na fazenda discutir o que vamos fazer com esse dinheiro, porque ele veio carimbado. Daí Dom José parece que conversou com ele, ligou pra ele, explicou se podia modificar alguma coisa no projeto. Disseram que sim, que podiam modificar! Resolveu-se em vez de comprar trator, comprar 20 juntas de boi, arado, carroça, e mais coisas lá de materiais de construção pra um galpão (José Fritsch, em entrevista à autora em 12 de dezembro de 2013).

Foi com o ato de chegada das juntas de boi para a comunidade assentada produzir nas encostas dos morros, em terras dobradas, como dizem por lá, que se explicitam as contradições desta luta. A empresa de tratores que expulsava compulsoriamente os trabalhadores rurais do campo lhes cedia uma parte dos lucros através de filantropia, enquanto estes sujeitos enfrentavam a propriedade privada para permanecerem no campo.



Foto: entrega das juntas de boi e maquinário aos assentados. Sem data.  
Fonte: Fretaf-Sul de Campo Erê.

A memória foi fonte de lembranças que renderam alguns nomes e referências atuais sobre os ocupantes, assim como fez precipitar elementos que complementaram o que representava ser aquele momento, espaço importante de coletividade, visto que a chegada das juntas de bois contribuiu no trabalho agrícola e no transporte da produção. A fonte do investimento não se sabia ao certo, mas pelos vestígios da memória dos entrevistados, parecia algo articulado por Dom José Gomes e padre Afonso Tebaltini.

Experiência de vida que os tornava cientes da dificuldade de sobreviver, de alimentar o corpo de forma saudável, do apoio institucional e da solidariedade para garantir que os trabalhadores rurais fossem brindados com áreas devolutas, administradas pelas empresas colonizadoras (MELO, 2005: 32), e enjeitadas pelos latifundiários e

empresas capitalistas por serem em áreas mais montanhosas, isoladas e de difícil acesso, razões pelas quais não eram cobiçadas como a fazenda Burro Branco, cheia de vales e montanhas. “Sua disputa se deu, então, no espaço dos excluídos e não na relação à grande propriedade” (POLI,2008: 27).

Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada (MARX, 2013: p. 809).

Por isso, identificados como trabalhadores subsumidos ao capital, insubmissos realizam em forma de acampamento a resistência, improvisando em barracos de lona uma dinâmica de coletivização da vida, empreendendo nova forma de reprodução social, validando novas e múltiplas dimensões, como o direito à moradia, à terra, à saúde, à educação.

Pelas características que assumem com a massificação do acampamento, estes inúmeros “sobrantes” experimentavam a experiência de regularizações de terras a fim de solucionar conflitos fundiários na região, como as ocorridas em Mondaí em 1978. As terras na região já sofriam com a especulação e altos valores impediam os trabalhadores rurais de comprá-las, já que a maioria era de arrendatários ou de sujeitos morando com numerosa família em parcela insuficiente de terra para sobreviver. Portanto, a decisão de ocupar a terra improdutiva aparece como uma opção plausível que coloca em xeque o marco jurídico da propriedade privada e o sentido da desigualdade social decorrente da concentração de terra na mão de poucos.

Atualmente o caráter histórico da ocupação da fazenda Burro Branco fomenta em Santa Catarina o debate sobre a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrida cinco anos o após esta luta. Seguindo as análises de Roseli Caldart (2000), o fazer-se Sem Terra estava ligado a ser o: “*sujeito social chamado Sem Terra, com uma identidade e uma consciência que lhes insere nos embates políticos de seu tempo*” (CALDART, 2000: 63).

Deste processo ativo que rememora os deslocamentos forçados dos trabalhadores que viviam no campo desde os tempos dos engenhos de açúcar (1500) para a região sul e sudeste, com a opulência da mineração, o *boom* do café e o posterior impacto do crash de 1929,

expropriações e exploração que objetivam lutas de resistência, mesmo que localizadas e de caráter *espontâneo*, ou messiânicos como alguns pesquisadores afirmam; depois temos uma fase de lutas mais radicalizadas que se estendem até o golpe de 1964, com revoltas em diversos estados, decorrência do avanço na valorização da terra, gerando uma nova onda de expropriações dos trabalhadores rurais, que sem possuírem o título da terra acabam ficando expostos à ganância dos latifundiários.

Na época da ocupação da Burro Branco o êxodo rural era muito pequeno. Pelo que a história conta, aqui no sul, o grande êxodo se deu na verdade do nordeste pra São Paulo, nos anos 60 e 70, muito pela questão da seca<sup>37</sup>. Agora no sul, a saída do campo, forte mesmo, se dá nos anos 90. Tudo por causa do avanço da revolução verde (Irma Brunetto, dirigente do MST, em entrevista à autora em 14 de maio de 2014).

Ao apontar as mudanças sentidas na rotina de trabalho, Irma demonstra que elas aconteciam no interior das relações: a concentração de terras era sentida em 1980 com a redução a apenas 5% de estabelecimento contendo menos de 10 hectares (MELO, 2012:41), excluindo milhares de trabalhadores do controle de sua terra, cultura, produção.

Os assassinatos ocorridos, como os dos três jovens da família Rodrigues, também são consequência desta grave violação aos direitos humanos, dessa concentração de riqueza em cima da desigualdade inconsequente dos trabalhadores. Sujeitos comuns, como Jurema Rodrigues, que persistem nas adversidades, mesmo que a sua juventude tenha sido tirada com a violência da roça e que seus filhos, vivos ou mortos, respondem ao violento ataque dos latifundiários e do capital.

Os filhos de Jurema seguiram a ordem do capital e continuaram o movimento de saída do campo, é um lugar que eles não gostam - imaginemos o reflexos destes relatos através das crianças - repetidas vezes ouviram sua mãe falar do seu trauma, o que alimenta particularmente esta família a sair da Burro Branco. Jurema afirma:

---

<sup>37</sup>Não somente pela seca, assim como pela violência empreendida pelo latifúndio sobre os trabalhadores rurais, não por acaso, mas por ser o nordeste foco guerrilheiro, com maioria camponesa, portanto, ameaça comunista, foi região de muitos assassinatos e desaparecidos políticos.



“imagina sair e deixar os mortos, enterrados no cemitério do assentamento, só que tá em outra comunidade, em São Jorge. Onde lá, desde os anos 2000 não possui ninguém morando”. (Jurema Rodrigues, em entrevista à autora em 9 de maio de 2014)

O arrefecimento da luta, decorrência direta das ameaças de despejo e morte, assassinatos, desaparecimento, tortura, ameaças, queima de lavouras e casas, exploração e expropriação e acima de tudo impunidade, geram o estado de terror que fez dona Jurema a vida toda atravessar a rua para não passar pelo suposto criminoso, que andava livre, e todos conheciam. Era o máximo que se podia fazer a não ser sentir a dor da perda familiar e coletivamente a perda da terra, porque nada se podia dizer em período de exceção de direitos.

Crimes cometidos em períodos de exceção de direitos, que acometem a história do Brasil desde tempos anteriores à ditadura civil-militar e continuam ininterruptas em períodos de transição democrática com as oligarquias agrárias junto às indústrias transnacionais de minérios, veneno e sementes transgênicas, perpassam a vida dos trabalhadores, expondo-os à exploração em dias atuais.

## 2.4 – DA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

A intenção, neste subcapítulo, está em apresentar o processo de formação da consciência dos trabalhadores rurais que, ao ocuparem a fazenda Burro Branco, se tornam sujeitos de sua própria formação, visto que empreendem nova dinâmica de reprodução social, ao participarem de um acampamento. Pretende-se buscar entender as transformações que ocorrem no cotidiano e que influenciam a formação da consciência, quando estes passam a atuar pelo bem coletivo, com a desapropriação da terra para o assentamento das famílias.

Algo complexo, de múltiplas determinantes que uma consciência que não está, mas se torna presente durante a mobilização em torno da luta pela reforma agrária neste período. Num ir e vir de movimentação da consciência, como apresenta IASI (2007), os trabalhadores rurais vivem a superação de sua concepção de mundo, processo pelo qual as questões subjetivas, particulares, ganham dimensão de classe. Num largo processo, onde a ocupação da fazenda Burro Branco adquire um sentido para cada um, formando “uma unidade, em que as diferentes

particularidades derivadas do processo próprio de vida de cada um sintetizam pois, sob algumas condições, um todo que podemos chamar de consciência de classe” (IASI, 2007: 13).

Para os pioneiros desta ocupação, trata-se de uma trajetória marcada pela violência, por falta de terra e miséria, elementos fundamentais para fazer a conexão necessária para estarem cientes de si, e ao interiorizar os efeitos deste resultado, tornando-os sujeitos conscientes. Esta é a relação que se estabelece entre os ocupantes durante os seis meses de acampamento. Tempo que os colocou na condição de despossuídos de terra, já não mais os expropriados da terra, na condição de trabalhadores rurais sem terra e explorados. Para o capital, isto já estava pré-determinado, logo, é algo que os trabalhadores rurais precisavam passar a sentir como natural, o que nunca será simples de submeter, e causará resistência.

Muitos foram pra cidade, outros fazem parta das migrações, colonizando outros territórios, outras regiões. Muitos fizeram o caminho de volta quando não encontraram verdade alguma na “marcha para o oeste”. Juntamente aos acampados que já conheciam a CPT, assim como os sindicatos combativos e outros que já sabiam das políticas de regularizações fundiárias, começaram a somar fileiras nesse acampamento na fazenda Burro Branco.

A formação da consciência dos trabalhadores rurais no oeste catarinense se desenvolve bem nos primeiros cinco anos da década de 1980, principalmente sob a influência da CPT, entidade que aparece logo nos primeiros dias, passada a ocupação, com a figura do padre Afonso Tebaltini, que aos poucos realiza com os acampados encontros semanais para passar orientações sobre a situação da terra em disputa, neste caso um litígio familiar envolvendo os herdeiros da fazenda Burro Branco. Consciência de classe que avançava sobre tudo nos embates cotidianos, na busca de suas necessidades. Enfrentar tal conjuntura levou muitas vezes os homens a se esconderem no mato, cada vez que chegava a polícia para fazer vistorias, ameaçar, eles pretendiam não ser presos pela polícia, mas sim ser atendido pelas instituições públicas, como o INCRA, e fazer a negociação da área.

Outro momento de formação da consciência foi acionado através da organização da igreja católica, com apoio de Dom José Gomes e padre Afonso Tebaltini com a primeira colheita realizada pelos assentados da fazenda Burro Branco que um ano depois da conquista da terra, foi doada num ato simbólico de apoio aos acampados da Encruzilhada Natalino, em Nonoai-RS, em 1981. Ato de solidariedade que extrapola a fronteira do estado e realoca a faixa de fronteira do oeste

em intercâmbio com outras experiências de luta, de socialização dos resultados obtidos com as ocupações de terra. Para os ocupantes da fazenda Burro Branco, era fundamental saber que puderam garantir sua sobrevivência e que diversas outras pessoas poderiam compartilhar destas vitórias, além disso, colocavam-se os trabalhadores em luta pela reforma agrária, como aponta Fritsch (2013), numa conversa que teve com Dom José Gomes para iniciar a organização deste ato de solidariedade:

Fritsch, vai lá na Fazenda Burro Branco e eu vou organizar aqui nas paróquias uma campanha de arrecadação até domingo. Segunda-feira, terça-feira vamos levar tudo lá pra Encruzilhada Natalino, o que que era plantado na fazenda Burro Branco? Era abóbora, milho, milho verde, o que tinha deles, que já tinham plantado, botamos em cima do caminhão e fomos embora. Chegando lá, vamos entrar na Anoni, aí o pessoal de Campo Erê, da região, viram que lá em Ronda Alta tinha uma organização. Porque lá em Ronda Alta não tinha sido um negócio espontâneo (José Fritsch, em entrevista à autora em 12 de dezembro de 2013).

Quando aparece uma forma de organização que avança para além das questões econômicas que levam a ações como estas, de solidariedade, afirmo novamente ter aqui um caráter organizativo das famílias da fazenda Burro Branco, já assentadas, produzindo e contribuindo com a luta na região. Na Encruzilhada Natalino havia organização da luta, com acampamento concentrado na beira da estrada que corta o latifúndio, no intuito, entre outras questões, de dar visibilidade à desigualdade encontrada no campo e garantir, por aglomeração, a segurança mínima das famílias, assim unidas em um pequeno palmo de terra.

Era perceptível, pela forma como aglutinavam e ordenavam os barracos, o impacto na organização das tarefas cotidianas, de forma mais cooperada, coletiva, com as múltiplas determinações que levaram estas famílias a se deslocarem para viver em acampamentos de sem terra, na beira do latifúndio pretendido ou das estradas, como forma de imprimir pressão, além de aprender a importância da organização coletiva para enfrentar o capital no campo para resistir na terra e conquistar o assentamento. Então, quando táticas de luta e estratégias se colocam em

ação, indicando ter elaborado previamente um planejamento, com atuações coletivas, pode-se considerar um avanço na organização dos trabalhadores rurais. Formação da consciência que os fazem reconhecerem-se enquanto classe, que se cruzam em atividades de solidariedade, onde iguais ações, multiplicadas, formam a classe que luta para si.

Há notícias de que, já na colheita de 1981, os beneficiários pela desapropriação da Fazenda Burro Branco fazem a coleta de alimentos para os acampados da Encruzilhada Natalino (RS). Alugam um caminhão e uma delegação leva os alimentos, num claro gesto reflete a influência de setores da Igreja, além das tentativas de trabalho associado, seja pelo mutirão, seja pela compra coletivizada dos instrumentos de trabalho (RUSCHEINSKI, 1996).

A produção de alimentos se desenvolve com mais tranquilidade depois dos meses de acampamento. Na terra desapropriada foram cultivadas e colhidas: 10 (dez) mil quilos de feijão e 18 (dezoito) mil quilos de milho (MELO: 2012, 111), o que confirma José Frisch em seu relato, ao afirmar:

Muita comida foi produzida na fazenda Burro Branco, tanto que fizeram uma ação de solidariedade a outros acampados, na Fazenda Anoni, enchendo o caminhão a noite para levar no outro a quem estava tão necessitado”(José Frisch, em entrevista à autora em 12 de dezembro de 2013).

No Jornal de Brasília<sup>38</sup> aparece a chamada: “Colonos aumentam a produção”, apresentando a safra das 322 famílias assentadas pelo Incra, num crescente que lhes confere o adjetivo de trabalhadores rurais “muito bem sucedidos”, pela matéria. Mas o que se desdobra desta reportagem é a solução para tamanha façanha, creditada aos recursos adquiridos com a madeira de lei presente na terra desapropriada, o que, de acordo com as famílias entrevistadas, foram úteis para construção das primeiras casas dos assentados e que só se utilizaram retalhos de madeira, conforme depoimento de Almira Maciel (2014), uma vez que a madeira valiosa fora retirada da área pela Cooperativa Alfa, mais o INCRA.

---

<sup>38</sup>Centro de documentação Dom Tomás Balduino – CPT/Goiânia. ABREU, Leandro. Colonos aumentam a produção. Jornal de Brasília, página 9. Data: 21 de outubro de 1984

A visibilidade na imprensa com a audiência com o governador, seguiam a cobertura dada por jornais e televisão. As notícias da época garantiram repercussão nacional sobre a ocupação ocorrida em Campo Erê. Segundo José Fritsch: “Tinha muito espaço né porque era o novo, luta pela terra, luta pelos agricultores, o movimento sindical, sindicalismo combativo, tinha espaço [...] hoje o espaço é muito menor” (José Fritsch, entrevista à autora em 12 de dezembro de 2013).

Tal visibilidade favorecia o entendimento de que os traços culturais estabelecidos neste contexto histórico-social estimulam a luta e massificam os acampamentos na região sul, criando uma identidade de luta, luta pela sobrevivência, luta pela terra, pela reforma agrária, oferecendo múltiplos significados por meio dos quais o mundo torna-se compreensível, desde sua condição de exploração, prática política adquirida na luta pelos trabalhadores rurais que levam-nos até uma audiência com o Governo Estadual, com direito a pauta e foto em manchetes e jornais. Reforma agrária tomando as ruas e a sociedade.

Esta é a essência do processo de transformação da natureza para e a partir das necessidades, algo que se realiza através do trabalho e que pode proporcionar a construção de novas relações sociais, habilidades e novos conhecimentos em um processo constante de criação de novas necessidades e de desenvolvimento. Os fragmentos do Capital citados acima nos trazem um panorama geral do trabalho, da condição humana que carrega. Mas também se for pra ser explorado na cidade e ter que comprar até a água, os sujeitos aqui em questão preferem viver no campo, mesmo com todas as adversidades, assim afirmaram as famílias entrevistadas.

vi como é viver na cidade, você não pode nem sair na rua né?! Eu falei pra Angélica (sua esposa) se quiser ir pode ir, eu não vou, prefiro ficar aqui na roça, tenho minhas vaquinhas. Lá na cidade tem que comprar de água pra cima (Claudiomiro Werner, em entrevista à autora em 12 de maio de 2014).

Pelas concepções de valores, normas, juízos e comportamentos a partir das relações imediatas que se estabelecem (IASI, 2007: 27) e se internalizam e se percebem coloca os trabalhadores diante do direito de ter suas necessidades garantidas. E elas se dariam no campo, não na cidade como expressa Claudiomiro na fala acima.

Entre os momentos que podemos citar como exemplo deste aprendizado político de intervir na realidade de forma coletiva, está o momento de uma articulação realizada pela CPT ao organizar uma audiência pública em defesa dos acampados da Burro Branco com o governador biônico à época Jorge Konder Bornhausen, na data de 28 de setembro de 1980, com a intenção de dar visibilidade à luta junto à sociedade para fortalecer a pressão exercida sobre o regime militar para desapropriar a área. Nesta audiência entregam a pauta de reivindicações com assinatura das famílias acampadas. Entre os trabalhadores rurais presentes na audiência estavam: Baldomar Schregele, Ivo Souza, Pedro Geni de Souza, Antonio Neri de Souza, João Maria José de Matos, Gervalino de Souza, Oli Lappe, Leopoldo dos Santos, Adelino Gomes da Silva.

O conteúdo da carta entregue ao governador apresentava as motivações para seguir em luta, como

a união entre os velhos posseiros e os novos; o esforço da Comissão Pastoral da Terra e muitas pessoas particulares que nos incentivaram, mandaram sementes e mantimentos, e com palavras de apoio para a desapropriação destas terras.

A visibilidade dada à luta pela articulação da CPT garantia o apoio da população local e divulgava as necessidades destes trabalhadores rurais.

A partir deste momento, passa-se do estágio de revolta e de indignação para um momento de conscientização da realidade vivida e das decisões tomadas de forma organizada e coletiva, apresentando uma geração de superação da alienação na qual estão submersos. O Estatuto da Terra previa em lei a desapropriação de área de conflito, esta brecha na legislação, de certa forma permitiu a mobilização desta ocupação como forma de expressar as reivindicações, com a presença maciça dos trabalhadores rurais sobre a terra, não mais nas beiras de estrada, ao lado do latifúndio, como acontecia no RS.

Da tática de denunciar a desigualdade no campo com a concentração da terra na mão do latifúndio, derrubando as cercas, ocupando o chão, enfrentando a jagunçada ou paramilitares, renova-se a luta pela reforma agrária no Brasil, depois de 21 anos de ditadura civil-militar.

Em síntese, a ocupação e o acampamento da Fazenda Burro Branco não apenas possibilitaram a ampliação da consciência entre seus ocupantes, mas foi fundamental para o surgimento de muitas outras ocupações e do próprio MST, e com isto, mexeu na consciência de muitos outros ocupantes, e mais amplamente, de parte importante da sociedade brasileira, no que diz respeito a reforma agrária.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar a ocupação da Fazenda Burro Branco (mai/80) a partir do movimento que aproxime a história de vida de milhares de trabalhadores rurais em luta, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade, no estado de Santa Catarina, ainda no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985). Este contexto colocou no centro da análise a experiência da forma de fazer a reivindicação, de fazer a denúncia, através da ocupação coletiva da terra enquanto expressão da resistência à exploração e expropriação às quais estavam subordinados os trabalhadores rurais. Passada três décadas da ocupação verificamos os limites da política de reforma agrária no Brasil, quando temos um Estado que atua parcialmente, como um mediador de conflitos, na garantia dos interesses da burguesia agrária e industrial, em sua atual roupagem, o Agronegócio.

À luz da criação da Comissão da Verdade e da Comissão Camponesa da Verdade, nestes três últimos anos avolumaram-se estudos sobre a temática da resistência à ditadura civil-militar no campo. Mas muito há por ser feito, pois estes filhos e netos de safristas ou arrendatários, de pequenos produtores com pouca terra, desenraizados e expropriados dos seus meios de produção, marcam a história da luta pelo direito social à terra, de esquecimento e violência, como no caso do assassinato do jovem trabalhador rural, Aquiles Rodrigues, e de seus dois primos. Lacunas que nos exigem maior estudo e investigação, o que se estende a outros milhares de casos de violação de direitos humanos cometidos pelo regime militar contra os trabalhadores rurais, os quais permanecem silenciados.

Rompendo o silêncio estabelecido pela censura do regime, que relega a maior parte da história do país ao esquecimento, consideramos a presente pesquisa um passo adiante na luta pela construção histórica desta ocupação para os movimentos sociais do campo, já que passamos a reconhecer a participação dos trabalhadores rurais na luta contra o regime militar. Contrapor a ideologia da classe dominante, contida nos documentos “confidenciais” dos serviços de informação, cruzando-a com a metodologia da história oral, escutando os trabalhadores rurais com a intenção de melhor compreender os sujeitos sociais envolvidos; homens e mulheres, velhos e crianças que se colocaram em atividade coletiva, apresentando a ocupação como novo enredo social, no qual o processo de reprodução real é colocado como algo espontâneo.

A atmosfera construída ao inferir que esta ocupação trata-se de algo isolado e espontâneo, reduziu o problema de fundo como o final de ditadura, a concentração da terra e a perda de território. Contrariando uma suposta tradição de passividade e anomia, os trabalhadores rurais conseguiram se organizar e ter força política para desafiar os poderes constituídos e determinarem, através desta ação, sua permanência no campo e a possibilidade de sanar suas necessidades de alimentação, moradia e dignidade ao resistir na terra.

Neste sentido, vencer o quadro social de extrema desigualdade e conquistar a terra só foi possível com o apoio imensurável da CPT que levou os ocupantes da fazenda Burro Branco à mesa de negociação do governo militar para solicitarem a desapropriação da área. Diálogos com a sociedade foram estabelecidos através de atos de solidariedade com outros trabalhadores rurais e apoiadores da luta pela reforma agrária e pela democracia.

Os relatos que fomos buscar na oralidade dos indivíduos que estabelecem, a partir de si ou do coletivo, suas próprias identificações na constante construção e desconstrução do imaginário, das representações, onde sua organização social e política e seus valores constituíram-se em um grupo que enfrentou a concentração fundiária e desafiou um governo militar a fazer a reforma agrária. Contrapondo a história oficial, os depoimentos que constituem este estudo acadêmico, assim como os depoimentos que contribuem para uma construção mais universal do que foi a repressão militar sobre os trabalhadores rurais, nos colocam diante da condição dinâmica da construção da história.

Estes sujeitos históricos assumem, no presente, a tarefa de valorizar a cultura camponesa de produção dos alimentos saudáveis para o auto consumo e para comercialização, ao invés de se submeterem à padronização da alimentação vivenciada atualmente. Da mesma forma, continuam a lutar por melhores relações de trabalho, indicando uma perspectiva de futuro que cuide e preserve os recursos naturais, onde a terra seja compartilhada para trabalhar em prol da erradicação do modelo destrutivo do Agronegócio, de suas sementes transgênicas e agrotóxicos, que vêm se alastrando violentamente, como “praga”, dominando a cadeia produtiva das *comodities* nas últimas três décadas, no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria H. Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Ed. Vozes: Petrópolis, 1984.
- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BAUER, Caroline S; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis da história recente” In. PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. O historiador e suas fontes. Ed. Contexto: São Paulo, 2011.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad.: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão especial sobre mortos e desaparecidos no campo. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: SDH-PR, 2007.
- BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Ed. Vozes: Petrópolis: 2011 (28 edição)
- BOGO, Ademar. Identidade e luta de classes. Ed. Expressão Popular, São Paulo: 2008.
- CARNEIRO, Ana. CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo. Brasil 1962-1985. Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.
- CARVALHO, Horácio M. A Contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo. ABRA, 2014.
- CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social o MST e a reforma agrária no Brasil. Ed. Unesp: São Paulo, 2010.
- CHECHETTI, Ângela M.L; SCHEREGELE, Marli, Tradição, lutas e sonhos: experiências e mulheres no processo de (re)assentamento da Fazenda Burro Branco (1980-1998). Monografia. Curso de História, UNOESC, Chapecó, 1999.
- CHAUÍ, Marilena In BOSI, Ecléa Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.

COSTA, Botelho Cléria. Vozes da Terra - lutas e esperanças dos Sem-Terra. Uberlândia: EDUFU, 2009.

DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. São Paulo, 2012: Ed. Expressão Popular.

DOSSE, François. A História. Bauru: EDUSC, 2003.

FERNANDES, Bernardo M. A formação do MST no Brasil. E. Vozes: Petrópolis, 2000.

FURTADO, Celso. O Brasil Pós-“Milagre”. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1981

GASTAL, Suzana. “Lugar de memória”: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In Turismo Investigação e Crítica. São Paulo: Contexto 2002.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Ed. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1987.

HALBEWACHS, Maurice. A memória coletiva. Ed. Centauro: São Paulo, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. Memórias do Modernismo. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1996.

HUYSSSEN, Andréas. Seduzidos pela memória: arquitetura, urbanismo e mídia. Rio de Janeiro; Aeroplano 2000.

IANNI, Octavio. Origens Agrárias do Estado brasileiro. Ed. Brasiliense: São Paulo, 2004.

IASI, Mauro L. Ensaio sobre consciência e emancipação. E. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

IASI, Mauro L. Violência e ideologia. <http://blogdaboitempo.com.br/2015/06/03/violencia-e-ideologia/> acesso: 03.06.2015

MARX, Karl. O capital Livro I. Trad. Rubens Enderle. Ed. Boitempo: São Paulo, 2013.

MACHADO, Luiz Carlos P; MACHADO FILHO, Luiz Carlos P. A dialética da agroecologia. Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2014.

MARTINS, José de S. Expropriação e Violência A questão política no campo. Ed. Hucitec: São Paulo, 1982.

MARTINS, José de S. A militarização da Questão Agrária no Brasil, Ed. Vozes: Petrópolis, 1984.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MELO, Cristiane Dias de. Terra não se ganha, se conquista: a ocupação da fazenda Burro Branco (1980). Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura e Bacharelado em História). UFSC, Florianópolis, 2005.

MELO, Cristiane Dias de. Terra e Trabalho: conformações de direito à terra e reforma agrária na Faixa de Fronteira de Santa Catarina (1968-1985). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2012.

MENDONÇA, Sonia R. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Historia oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

MONTENEGRO, Antonio T. História Metodologia Memória. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Historia oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

NETTO, José Paulo. Pequena história da Ditadura brasileira (1964-1985). Ed. Cortez: São Paulo, 2014.

PAULILO, Maria Ignez S. Terra à vista...e ao longe. Ed. da UFSC: Florianópolis, 1996.

POLI, Odilon. Leituras em Movimentos Sociais. Ed. Argos: Chapecó, 2008 (2 Edição)

RENKE, Arlene. As representações da colonização, no oeste catarinense, a partir dos brasileiros. Cadernos do CEOM, n.7, 1991.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Traços da história do oeste de Santa Catarina. Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação - BIBLOS, FURG, Rio Grande, 1996.

SÁ, Laís Mourão. Terra, território, territorialidade no modo de vida e na identidade cultural camponesa. Brasília, Universidade de Brasília, 2010.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2001 (4 Edição)

SANTOS, Silvio Coelho dos. “Ireno Pinheiro, o caçador de índios” In AUED, Bernardete. História de Profissões em Santa Catarina: ondas largas civilizatórias. Ed. do Autor: Florianópolis, 1999.

SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 1981)

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 1988.

STÉDILE, J.P.; GORGEN, Frei Sergio. A luta pela terra no Brasil. Ed. Scritta: São Paulo, 1983.

STÉDILE, J. P. (org.) História e natureza das ligas camponesas. Expressão Popular: São Paulo, 2002.

STRAPAZZON, João Paulo. E o verbo se fez terra. Ed. Grifos: Chapecó, 1998.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P., A formação da classe operária inglesa. Vol. I - A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P., A formação da classe operária inglesa. Vol. II – A maldição de Adão. Trad. Renato B. Netto, Cláudia R. de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 (4 Edição)

VIANA, Gilney. A Exclusão dos Camponeses dos Direitos da Justiça de Transição. Brasília: SDH, 2013.

WELCH, Clifford A. Camponeses, a verdade e a História da ditadura em São Paulo. Revista Mundo do Trabalho V.6 n. 11 jan-jun 2014, p. 57-78.